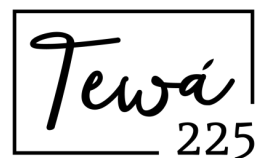




RELATÓRIO FINAL DE BELÉM

UNICEF



Tecendo a
transformação
social

Ficha técnica:

Coordenação Técnica

Fernanda Mallak

Coordenação Executiva

Gabriela de Oliveira

Estudos Técnicos

Cibele Oliveira Lima

Luciana Sonck

Marina Schkolnick Soares Leite

Wallesandra Souza Rodrigues

SUMÁRIO

Apresentação	3
Metodologia	4
Limites da pesquisa	5
1. Caracterização Geral	6
1.1. Belém	6
1.2 Guamá	11
2. Políticas e serviços públicos do território	13
2.1 Educação	13
2.2 Saúde	25
2.3 Assistência social	0
3. Cultura e dinâmicas sociais do território	0
4. Acesso à cidade	0
4.1 Inclusão Socioproductiva	0
4.2 Mobilidade	0
5. Considerações Finais	0
6. Referências Bibliográficas	0

Apresentação

Os conflitos urbanos no Brasil atravessam diretamente os cotidianos das crianças e adolescentes, expondo-os a ciclos contínuos de violência. Conforme os dados apresentados na pesquisa *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*, desenvolvida pelo UNICEF em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2017 e 2020, **180 mil crianças e adolescentes sofreram violência sexual no Brasil**. Nos últimos cinco anos, **31 mil foram assassinados e mais de 11 milhões vivem em pobreza ou com renda baixa no país e são dependentes da existência de programas sociais** (UNICEF, 2021).

Diante da complexidade e multifatorialidade das violências que impactam crianças e adolescentes, foi desenvolvida a **Agenda Cidade UNICEF**, uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância em parceria com prefeituras municipais de grandes centros urbanos brasileiros para **promover direitos e oportunidades das crianças e dos adolescentes mais vulnerabilizados**, por meio do fortalecimento de políticas públicas que contribuam com a prevenção e resposta às violências que afetam suas vidas, fazendo com que a iniciativa seja sustentável.

Na sua primeira edição (2022-2024), a iniciativa está sendo implementada em 8 capitais, onde o UNICEF tem presença territorial e pode oferecer apoio técnico direto: Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. Diante da grandiosidade do desafio, o UNICEF encomendou estudos técnicos de caracterização dos territórios prioritários e do problema, compreendendo que cada município contém suas especificidades e bairros prioritários para atuação das prefeituras.

O presente documento apresenta o estudo de diagnóstico de Belém (PA) e do bairro Guamá, considerando o mapeamento de políticas, iniciativas, atores e percepções da população que é público-alvo dessa iniciativa. O estudo foi realizado pela consultoria Tewá 225 entre outubro de 2022 e fevereiro de 2023.

Metodologia

O presente estudo contou com a aplicação de uma estratégia multimetodológica que buscou integrar abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa, com o intuito de melhor compreender as realidades dos territórios analisados e as visões do público beneficiado pelo projeto Agenda Cidade UNICEF e dos gestores públicos municipais que atuarão em parceria.

No que tange aos aspectos quantitativos da pesquisa, a fim de ampliar a compreensão sobre esse cenário nas localidades em que o Programa Agenda Cidade UNICEF é implementado, este estudo contou com a coleta de 66 indicadores oficiais nas áreas de: (i) Educação; (ii) Saúde; (iii) Cultura e Esporte; (iv) Infraestrutura; (v) Trabalho e Renda; (vi) Vulnerabilidade; (vii) Violência; (viii) Investimento e Finanças públicas.

Para a elaboração do estudo também foi realizada:

- (i) pesquisa documental e referenciais teóricos;
- (ii) levantamento e análise de dados secundários das bases oficiais mais recentes (IBGE, SNIS, DATASUS, RAIS, SEADE, CECAD, INEP, SIIC, PNS e IPEA) para a caracterização da população;
- (iii) Levantamento de políticas públicas existentes no âmbito municipal referentes aos eixos do projeto Agenda Cidade UNICEF, com base nos seguintes critérios de pesquisa:
 1. Projetos e programas listados nas atuações das secretarias, quando possuíam página ou site próprio, com foco nas secretarias específicas de Saúde, Educação, Trabalho/Economia, Assistência Social e similares;
 2. Projetos e programas abordados nas notícias das secretarias específicas nos últimos anos (a partir de 2021);
 3. No caso das secretarias não possuírem site ou página própria, o levantamento foi feito filtrando as notícias e anúncios do Diário Oficial do município pelos termos "jovens", "jovem" e "adolescentes", isoladamente e combinados com os temas específicos ("saúde", "educação").

A abordagem qualitativa da pesquisa, por sua vez, foi desenvolvida a partir de inserções em campo entre os dias 21 e 25 de novembro de 2022, na cidade de Belém (PA) e no território priorizado do Guamá. O trabalho de campo objetivou captar as percepções e experiências dos atores sociais selecionados sobre a existência e atuação da rede de apoio a adolescentes e jovens, bem como mapear serviços, organizações e locais considerados ofertantes de risco e/ou segurança para o público jovem que possam compor ou fortalecer a rede de proteção e apoio existente.

Foram aplicados os métodos de escuta com grupos focais e entrevistas semi-estruturadas a atores previamente selecionados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e seus parceiros implementadores, com previsão de duração de 1h30. Associados a um roteiro composto por um conjunto de perguntas disparadoras previamente elaboradas para os grupos focais específicos, foram adotados materiais didáticos como canetas hidrográficas, papel sulfite e mapas territoriais impressos. Para a entrevista realizada com as Lideranças Comunitárias, a duração prevista da conversa foi de 30 minutos, orientada por um roteiro de entrevista semi-estruturado contendo 10 perguntas temáticas.

Ao todo, a pesquisa **ouviu 28 pessoas, sendo 10 gestores públicos, 14 adolescentes entre 16 e 24 anos**, organizados em grupos focais e **4 lideranças comunitárias**, ouvidos a partir de entrevistas semi-estruturadas.

Limites da pesquisa

Na elaboração do presente estudo pôde-se identificar algumas limitações de pesquisa, relacionadas especialmente à quantidade de dados públicos disponíveis com recorte distrital. Tal limitação se dá seja pela escassez ou desatualização de pesquisas realizadas por órgãos públicos nos últimos tempos, ou pela dificuldade de, a curto prazo, solicitar dados para a Prefeitura. Também destaca-se a possibilidade de haver políticas públicas e projetos existentes que não estejam listadas nos sites oficiais das secretarias ou que não tenham suas descrições atualizadas, portanto não sendo contemplados pelo levantamento executado.

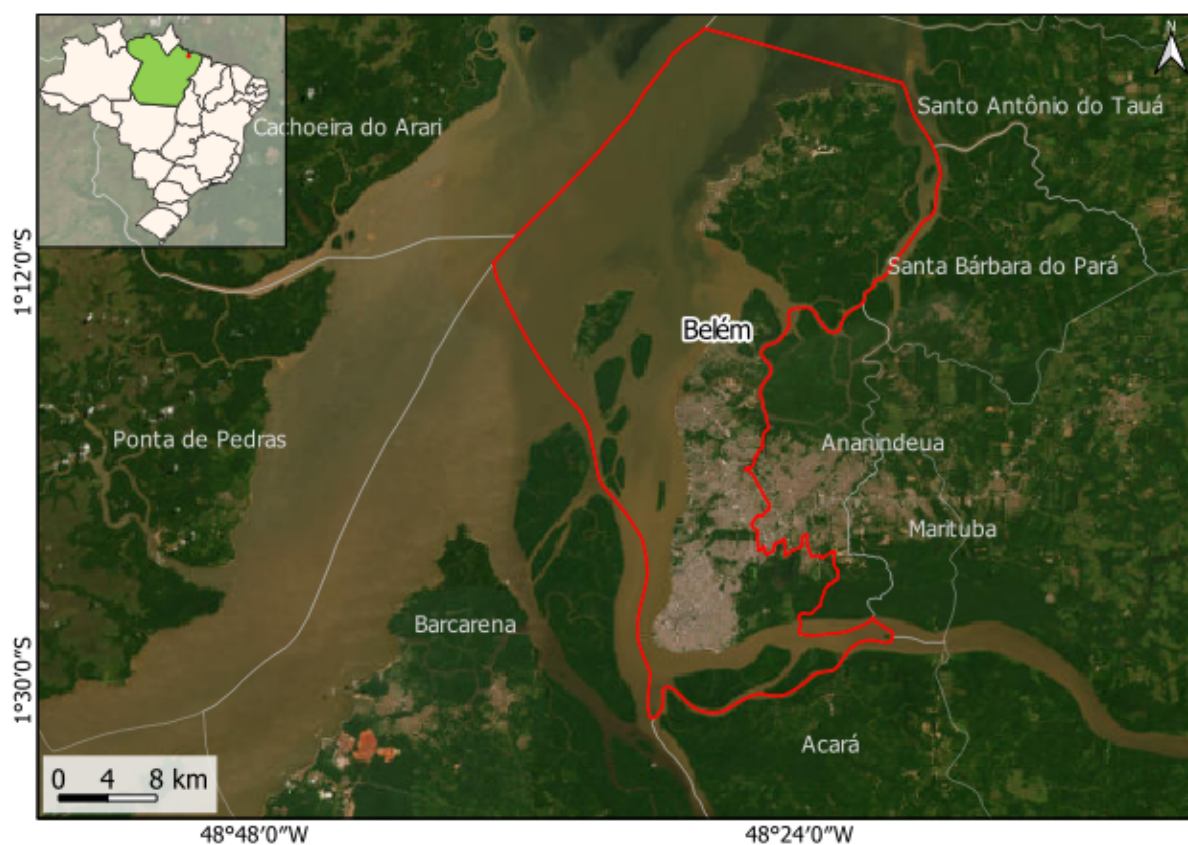
Neste sentido, optou-se pela realização de um diagnóstico municipal quantitativo e a compreensão do bairro priorizado a partir da revisão bibliográfica da literatura existente e da pesquisa qualitativa (entrevistas e grupos focais) realizada em campo, o que limitou algumas análises do ponto de vista estatístico para a escala do bairro.

1. Caracterização Geral

1.1. Belém

O município de Belém é a capital do estado do Pará e está localizado às margens da Baía do Rio Guajará e do Rio Guamá, na região Norte do país. É formado por uma área continental e uma área insular composta de 42 ilhas, que compreendem 65% de seu território. Faz divisa com os municípios de Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Barcarena, Acará, Marituba, Ananindeua, Santa Bárbara do Pará e Santo Antônio do Tauá (Mapa 1). O município possui área de 1.059,466 km², dos quais apenas 14% compreendem a área urbanizada (IBGE, 2022).

Mapa 1: Localização do município de Belém (PA)



Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

A fundação oficial da ocupação do território de Belém ocorreu no ano de 1616, com a construção de um forte, marcando a colonização da região amazônica frente à invasão de outros estrangeiros, como os franceses, pelo litoral norte. A ocupação e colonização foi inicialmente composta por 200 homens, que construíram, além do forte, uma capela para a Nossa Senhora da Graça. A partir deste momento, o povoado formou-se ao redor do forte, chamado de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, após a expulsão de grupos holandeses, ingleses e franceses, bem como guerras advindas do processo de escravização de comunidades indígenas Tupinambás e Pacajás (IBGE, 2022).

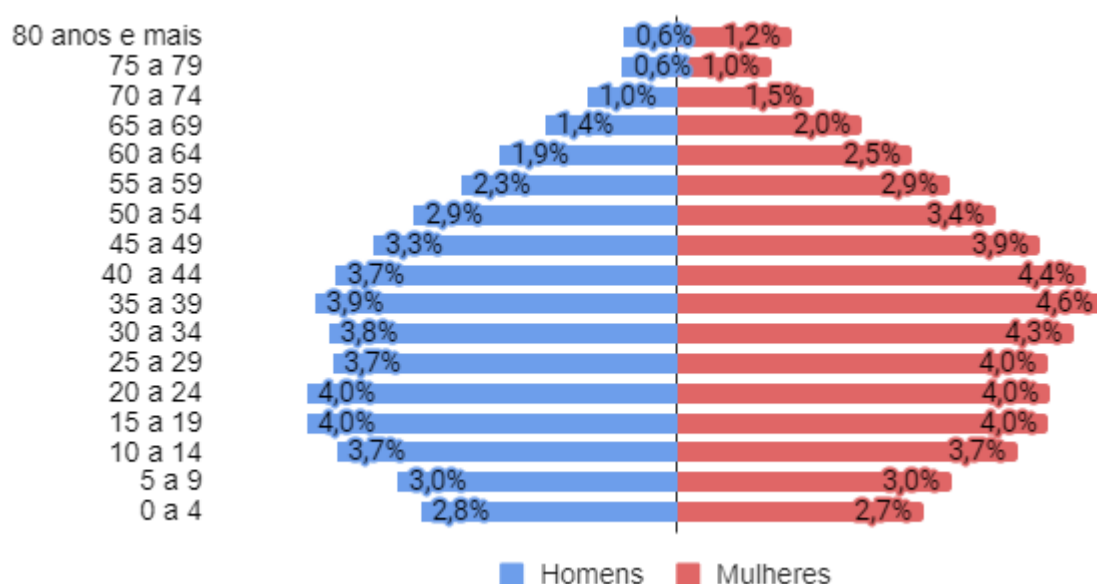
Dessa forma, o território, distanciado do litoral, se tornou um ponto estratégico de defesa e de entrada para a conquista de terras do Amazonas. O destaque do município passou a ser ainda maior no século XIX com a abertura dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro para a navegação de navios mercantes internacionais (IBGE, 2022).

Grande parte do desenvolvimento da capital paraense se deu a partir da exploração das seringueiras e do ciclo da borracha, cuja comercialização financiou a reestruturação urbana do município, especialmente nos anos finais do século XIX. Com a nova elite econômica e a importância dos seringalistas, Belém tornou-se um importante centro financeiro, cuja urbanização teve também foco em projetos higienistas comuns às importantes cidades da época (IBGE, 2022).

A partir do século XX, Belém já era caracterizada como município majoritariamente urbano, com uma economia fortemente baseada em comércio e serviços, e importante destaque para seus portos, os mais próximos de importadores europeus e norte-americanos do Brasil. Esta dinâmica econômica perdura até o século XXI, incluindo também a industrialização da região metropolitana. Atualmente, Belém é caracterizada como um território altamente urbanizado, com uma população rural representando menos de 1% do total.

O município de Belém é a 11ª cidade mais populosa do Brasil com 1.506.420 habitantes, sendo 53,3% mulheres e 46,7% homens (DATASUS, 2021). Acerca da distribuição da população por faixa etária, existe uma predominância de pessoas em idade economicamente ativa, especialmente dos 15 aos 49 anos, em ambos os sexos.

Gráfico 1: Pirâmide Etária da população de Belém



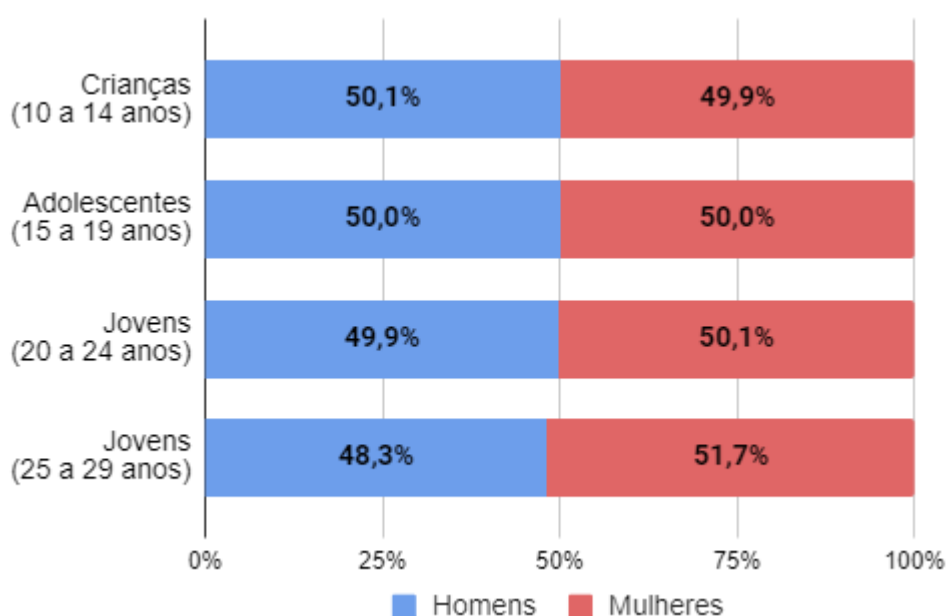
Fonte: DATASUS, 2021. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

As faixas etárias com maior parte da população feminina são de 35 a 39 anos (4,6%) e de 40 a 44 anos (4,4%), enquanto as com maior proporção de homens são em idades mais baixas; de 15 a 19 anos (4%) e de 20 a 24 anos (4%). É notável a diferença entre a proporção de

homens e mulheres acima de 65 anos, com uma representatividade significativamente maior de mulheres, especialmente acima de 80 anos, sendo 1,2% das mulheres e 0,6% dos homens. A diferença atual entre a proporção dos sexos na população total do município tende a se acentuar ao longo dos anos, uma vez que as mulheres, em geral, têm maior expectativa de vida, e são maioria no município em todas as faixas etárias acima de 25 anos. (DATASUS, 2021).

Quanto ao público-alvo do programa Agenda Cidade UNICEF, cabe salientar que **as crianças, adolescentes e jovens entre 10 e 29 anos somam 470.386 pessoas na cidade de Belém, representando 31,2% da população total do município** (DATASUS, 2021). As faixas etárias de interesse ao presente estudo apresentam maior equilíbrio entre os sexos, sendo a maior diferença vista nos jovens de 20 a 24 anos, com 51,7% de mulheres e 48,3% de homens.

Gráfico 2: Distribuição populacional do público-alvo do projeto em Belém, por sexo



Fonte: DATASUS, 2021. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Quanto à distribuição populacional por raça, **Belém possui a maioria da população identificada como parda (67,1%)**, seguida da população branca, com 23,6% e preta, com 9,3%. As proporções se mostram significativamente diferentes das médias nacionais, especialmente no que diz respeito à população branca e parda; o país possui 43% de brancos na população, 47% de pardos e 9,1% de pretos (IBGE, 2021).

Apesar deste levantamento ser o mais atual, ele não possui informações desagregadas para outras identidades raciais, como as populações amarelas e indígenas. O Censo Demográfico de 2010 identificou que por volta de 0,8% de Belém é composta pela população amarela e que 0,2% é composta de indígenas, sendo que na Região Metropolitana de Belém essa proporção é de 0,5% (IBGE, 2015). No que diz respeito às populações indígenas, é necessário considerar que este número é estimado, podendo ser significativamente maior, uma vez que diversos indígenas não são contemplados pelo censo.

Apesar da baixa proporção confirmada de indígenas no território, o município aparece como importante polo para a articulação e encontro das populações indígenas da região, especialmente pela atuação da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizada em Belém, e de eventos no Memorial dos Povos Indígenas do município.

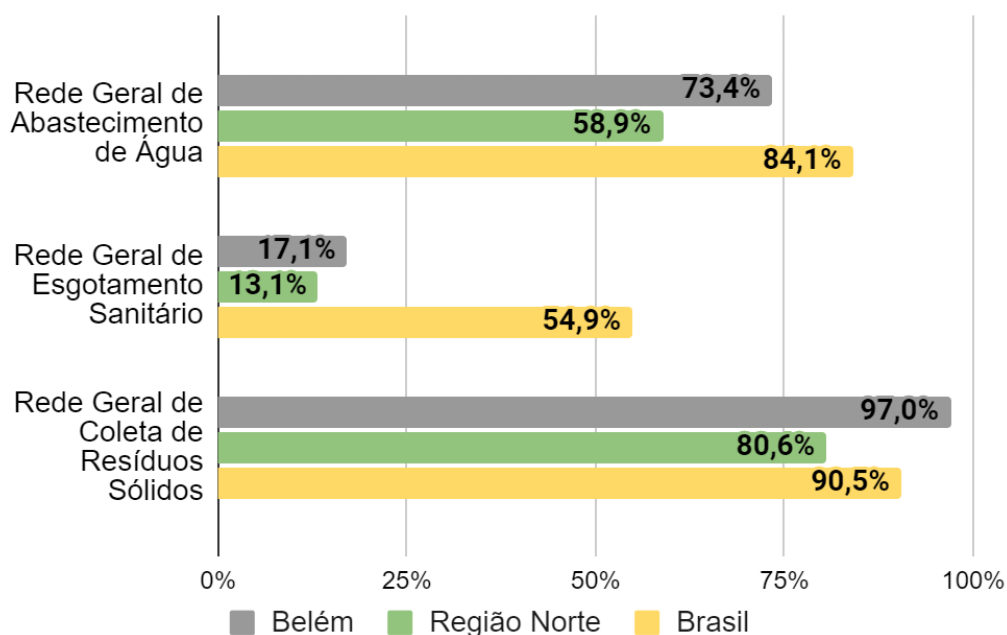
A população indígena de Belém possui modos de vida integrados com a população não-indígena, principalmente nos ambientes de trabalho e ensino, mas possuem sua própria caracterização étnica e cultural. Em ambientes urbanos, há também a dificuldade de mapear essas comunidades no espaço, fazendo com que a identificação de etnias dependa da autodeclaração e atuação de instituições e pesquisadores. Em 2009, a partir de reuniões e projetos, foi identificada a presença das seguintes etnias no município: Juruna, Sateré-Mawé, Gavião, Munduruku, Karipuna, Cambeba, Amanayé, Tembé, Galibi e Apalai. (PONTE, 2009). Belém também conta com uma população de indígenas imigrantes, especialmente de nacionalidade venezuelana, cuja integração e empoderamento se dão a partir da Escola de Lideranças Indígenas Warao, atuante no Centro Universitário do Pará, em uma parceria da ACNUR com o poder público municipal (ACNUR, 2022).

Com um território majoritariamente urbanizado, Belém destaca-se por ter uma proporção de domicílios em Aglomerados Subnormais significativamente maior do que a média das cidades brasileiras. Enquanto o **município possui mais da metade (55,5%) de seus domicílios em condições consideradas precárias ou inadequadas** (como construções em favelas, locais inadequados para moradia ou casas com materiais não aprovados), a média de domicílios em aglomerados subnormais no Brasil é de 7,8% (IBGE, 2019).

É importante também observar o acesso da população às infraestruturas e serviços de saneamento básico. De forma geral, o serviço mais acessado pela população é a coleta geral de resíduos sólidos, que alcança 97% da população de Belém; acesso levemente maior do que as médias da regional e nacional. **A rede geral de abastecimento de água alcança 73,4% da população do município, enquanto o maior ponto de preocupação está no alcance da rede geral de esgotamento sanitário, que cobre apenas 17,1% da população** (Gráfico 3).

Com a urbanização de um município e o crescimento de sua população, há uma tendência de expansão territorial e surgimento de novos bairros. Seguindo o caráter de desigualdade do Brasil, suas metrópoles possuem uma tendência similar, resultando em grandes cidades com diversas características socioeconômicas a depender do território específico. A segregação espacial é visível nas capitais brasileiras, e não foi diferente na trajetória de desenvolvimento da capital paraense.

Gráfico 3: População Coberta pelos Serviços de Saneamento Básico em Belém

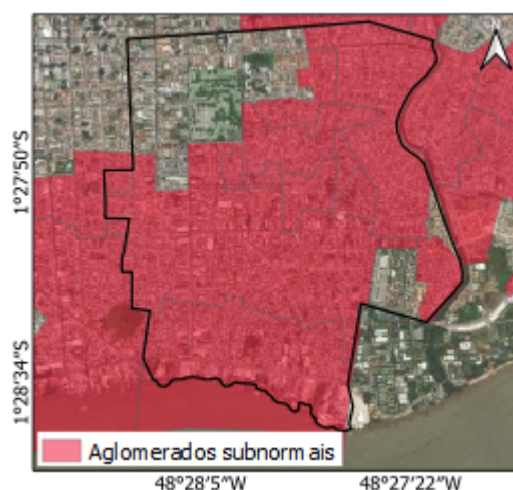


Fonte: SNIS, 2021. Elaborado por Tewá 225 para UNICEF, 2022.

O processo de segregação espacial e favelização em Belém contribuiu para o crescimento da criminalidade como dinâmica territorial no município e fenômeno social expressivo das condições de indicadores sociais como saúde, educação e moradia. Dessa forma, a Região Metropolitana de Belém está entre as localidades brasileiras com maior aumento no número de homicídios no período de 2000 a 2010. Os bairros de Guamá, Marco e Pedreira possuem a maior incidência de criminalidade, e o bairro do Guamá apresenta ainda a maior taxa de homicídio do Pará, com indicadores sociais precários (CHAGAS E SILVA, 2013).

Assim como o município de Belém, o bairro do Guamá possui boa parte de seu território considerado como área de aglomerados subnormais pelo IBGE (2019). Destaca-se ainda por ter significativas vulnerabilidades sociais, especialmente no que se trata de crianças e jovens, com altas taxas de homicídios de jovens de 16 a 24 anos (CHAGAS E SILVA, 2013), sendo um território priorizado para o programa Agenda Cidade UNICEF em Belém.

Mapa 2: Aglomerados subnormais no bairro do Guamá

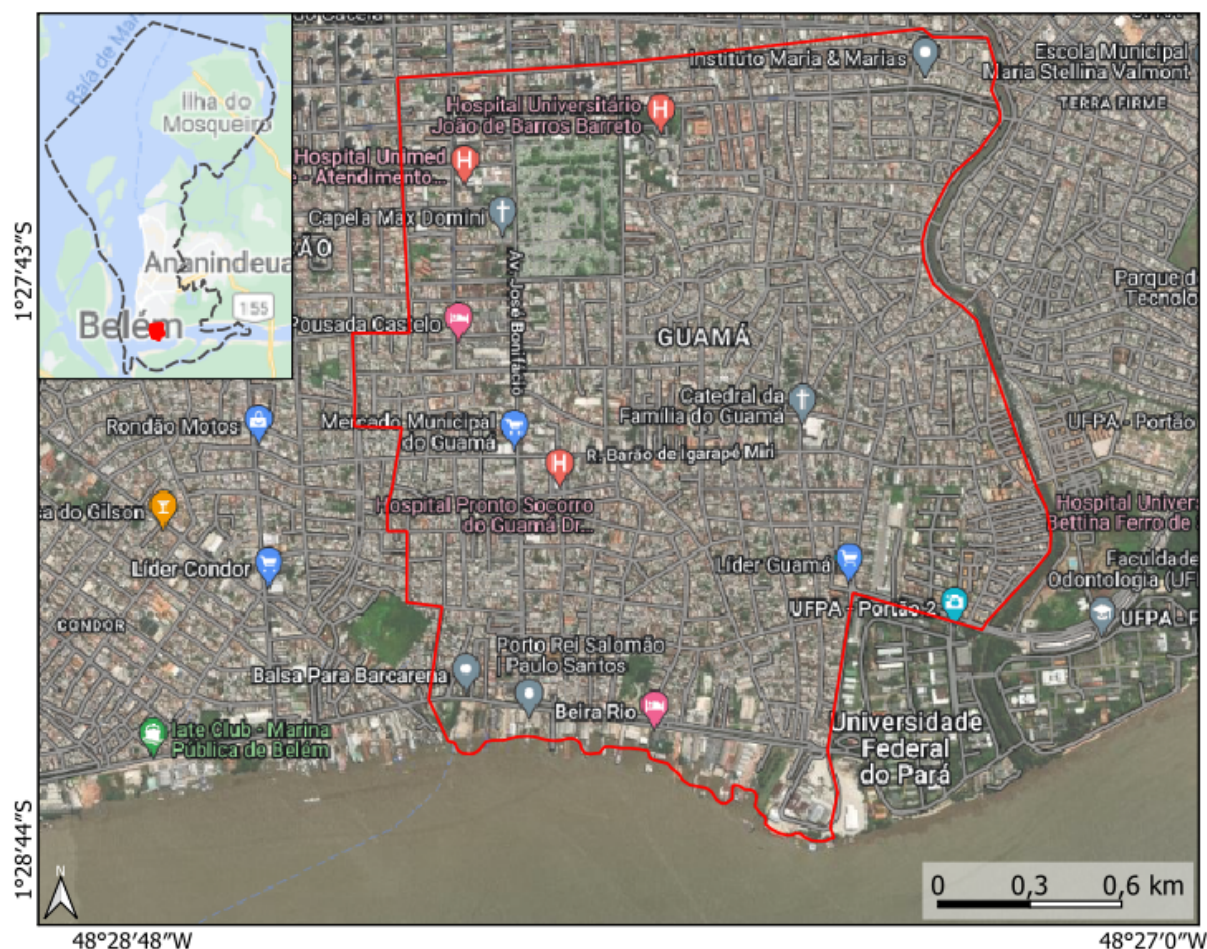


Fonte: IBGE, 2019. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

1.2 Guamá

O bairro do Guamá está localizado na região sul do município de Belém, nas margens do Rio Guamá (Mapa 3).

Mapa 3: Localização do território de Guamá, no município de Belém (PA)



Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

O local que hoje é conhecido como bairro do Guamá se originou como uma fazenda, comprada por representantes religiosos em 1755. O espaço foi doado à Santa Casa em 1794, sendo transformado em um abrigo para pacientes com hanseníase no início do século XIX, se tornando o primeiro 'leprosário' da região Amazônica, chamado de Hospício dos Lázarus do Tucunduba (JÚNIOR, 2009).

O hospital era utilizado majoritariamente para abrigo de escravos que contraíram hanseníase e que por isso foram abandonados. Na época, pacientes negros não eram aceitos nas redes que abrigavam brancos e a forma mais comum de se lidar com a doença era o isolamento, por isso foram confinados no asilo da fazenda do Tucunduba, afastada do centro da cidade (JÚNIOR, 2009).

Durante o funcionamento do hospital haviam fugas constantes dos pacientes, mesmo após o fim da escravidão, o que impulsionou uma reforma no local em 1905, com o intuito de deixá-lo mais confortável. Mesmo com essa reforma, o estigma sobre o local permaneceu, sendo reconhecido como uma 'sala de espera da morte' pela mídia local e pela comunidade médica e científica (JÚNIOR, 2009).

O Hospício dos Lázaros do Tucunduba funcionou até 1938, e seu entorno abrigava outros hospitais voltados para o isolamento e tratamento de doenças infecciosas como a tuberculose, varíola e febre-amarela. Na época, o Guamá era próximo à extensão do bairro de São Brás, que era identificado como ponto de entrada e saída da cidade, recebendo um grande contingente de migrantes vindos do nordeste em razão do ciclo da borracha. Dessa forma, a expansão de São Brás e o fechamento do Hospício dos Lázaros do Tucunduba impulsionaram a ocupação de áreas cada vez mais próximas do Guamá, que começou a surgir como bairro (ARAÚJO, 2012).

A ocupação do bairro cresceu especialmente a partir de 1950, com a chegada de populações pelos rios Guamá, Acará e do baixo Tocantins para se assentar no município de Belém. Dessa forma, o Guamá passou por um crescimento populacional intenso, demandando reformas estruturais para oferta de serviços como escolas e equipamentos de saúde (ARAÚJO, 2012).

Atualmente, o bairro possui um importante caráter de ligação de Belém com o interior do estado, e é o bairro mais populoso do município, com 94.610 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). O território é próximo a locais de produção de conhecimento científico e educação superior de Belém, como o campus da UFPA (Universidade Federal do Pará) e da UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia).

É possível observar a segregação socioespacial dentro do próprio território, onde existem concentrações de moradias universitárias e de áreas comerciais com acesso a serviços diversos de um lado, e áreas com infraestrutura de moradia precária e a falta de acesso aos serviços públicos, de outro.

“Porque as pessoas, lá no bairro, a maioria tá na informalidade, vivendo de bico, de não sei o quê e tudo. Não tem como tu dá qualidade de vida dessa forma”
(Liderança Comunitária de Belém)

Nos relatos é possível compreender que as vulnerabilidades incidem sobre grupos sociais específicos, atravessados por marcadores sociais como gênero e faixa etária, com relatos acerca dos casos de exploração sexual de meninas, crime acometido com frequência no território:

“A gente vê muitas meninas descendo ou indo nessas lanchas, nesses iates dos grandes empresários. E depois voltando, né?” (Gestora Pública de Belém)

2. Políticas e serviços públicos do território

Com o intuito de compreender o contexto territorial e as vulnerabilidades do bairro do Guamá, os relatos trazidos pelos participantes foram integrados aos dados secundários e ao levantamento de políticas públicas, compondo um mapeamento analítico dos serviços públicos presentes no território, especialmente aqueles voltados às crianças e adolescentes e com temas vinculados às prioridades programáticas da Agenda Cidade UNICEF.

A atuação do poder público é essencial nas áreas abordadas, uma vez que o direito à educação, saúde e assistência social no Brasil é traduzido na existência de equipamentos e serviços públicos, sendo necessária garantia de acesso a estas estruturas. Dessa forma, as finanças do município devem ser distribuídas de modo a investir nos principais setores de importância para a gestão pública.

A Lei Orçamentária Anual tem o compromisso de estabelecer a proporção destes investimentos, a fim de equilibrar as finanças públicas. No município de Belém, a **Lei Orçamentária Anual de 2022 destacou cerca de 25% dos investimentos para a área de educação, 23% para a saúde, 14% para a assistência social e 1,5% para a cultura e lazer** (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2022). A partir dessa distribuição e da gestão destes equipamentos e políticas públicas é que se dá a presença do governo nos territórios, porém, as disparidades espaciais também se aplicam nesse âmbito, sendo parte do contexto de caracterização territorial e realidade de uma comunidade.

2.1 Educação

É perceptível que, apesar da LOA destinar mais de ¼ do orçamento para a área de educação, estes investimentos não são percebidos pelos atores do Guamá participantes da pesquisa. **A percepção das escolas como 'largadas' trazida por um dos entrevistados e os relatos sobre a falta de recursos também são vistos em outros setores, impactando a qualidade de vida no bairro e trazendo um sentimento de 'abandono' por parte dos atores locais frente a ausência de políticas públicas efetivas no território..**

"O olhar para as escolas é importantíssimo e o olhar para essas escolas do bairro em termos de estrutura, de iluminação pública, a questão de esgoto, a questão de água. Poxa, é o mínimo que tu pode oferecer para a pessoa, para qualidade de vida" (Liderança Comunitária de Belém)

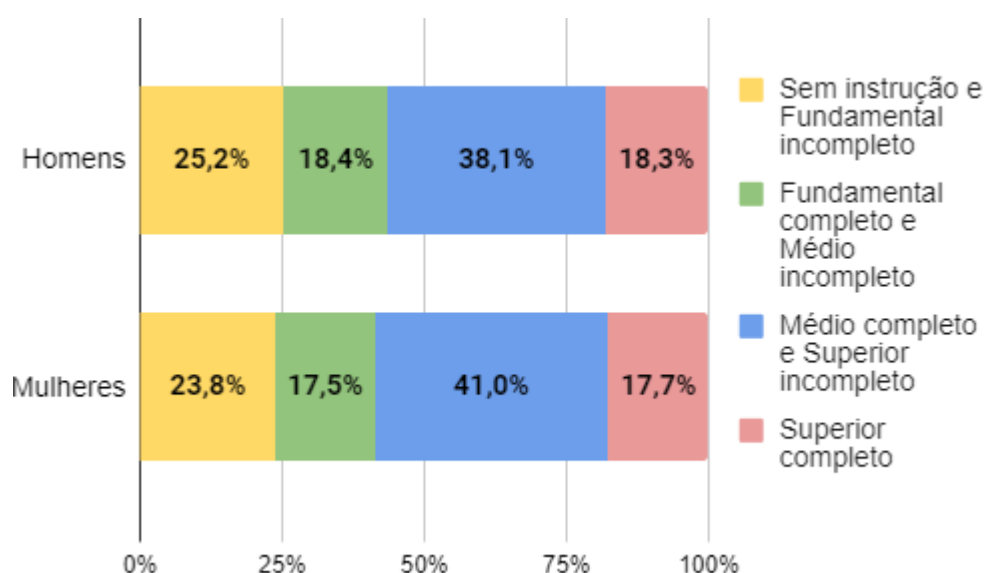
A garantia do acesso à educação é um ponto-chave para mitigar as vulnerabilidades dos jovens no território, uma vez que influencia diretamente em diversos aspectos de suas vidas, como acesso ao mercado de trabalho, independência e convivência social. O nível de instrução ou escolaridade de uma população e as possíveis desigualdades sociais intra territoriais podem auxiliar na identificação de pontos de atenção e vulnerabilidade.

A percepção dos entrevistados do bairro do Guamá é a de que **a política de investimento nos equipamentos de educação é insuficiente, não atendendo de maneira satisfatória os**

equipamentos e nem mesmo as necessidades estruturais básicas, que apresentam falhas recorrentes. Dessa forma, essa questão torna-se central para compreender as dinâmicas sociais do bairro, pois impacta diretamente as perspectivas de vida e futuro dos jovens. Percebe-se ainda que falta de acesso à educação de qualidade, tem como consequência um agravamento das condições de vulnerabilidade, refletida na busca por empregos informais e precarizados, ou mesmo uma maior permeabilidade das facções criminais à vida dos jovens, enquanto alternativa de renda e de ascensão social.

No que diz respeito à escolaridade das mulheres e homens maiores de 14 anos em Belém, é perceptível que os níveis de instrução são relativamente similares. A capital paraense possui uma proporção da população sem instrução (23,8% das mulheres e 25,2% dos homens) significativamente menor do que a nacional (33,8%) e a da região Norte (37,7%).

Gráfico 4: Escolaridade da População de Belém, por sexo



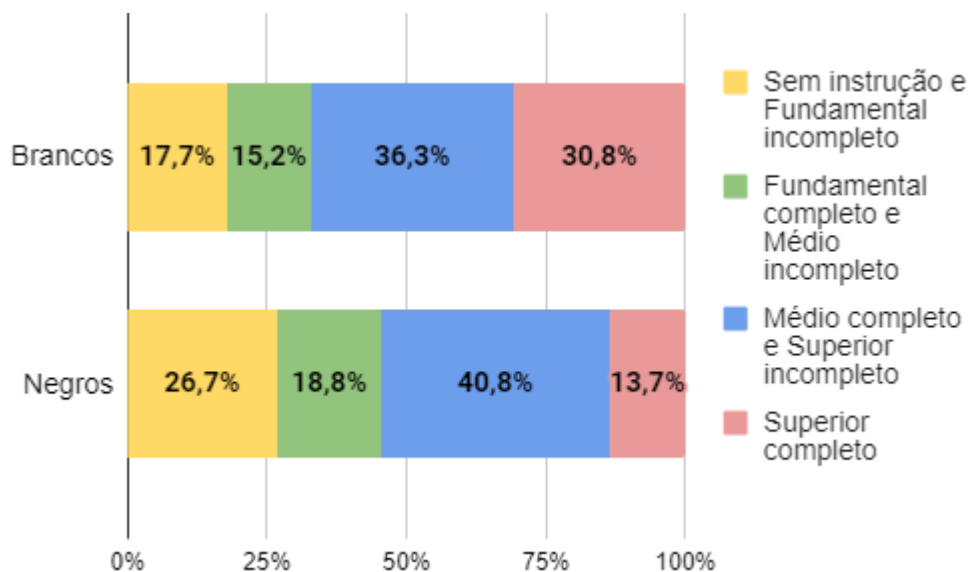
Fonte: IBGE, 2019. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Além disso, Belém também apresenta proporções maiores de pessoas com ensino médio completo (41% de mulheres, 38,1% de homens), em comparação com a população brasileira (34,4%) e a região Norte (33,5%); e maior proporção da população com ensino superior completo (17,7% das mulheres e 18,3% dos homens), em comparação aos 14,4% da população brasileira e aos 10,4% da região Norte. Apesar da baixa diferença entre a escolaridade de homens e mulheres, Belém possui uma proporção ligeiramente maior de homens sem instrução, com ensino fundamental completo e com ensino superior completo, tendo as mulheres maior proporção apenas dentre o grupo com ensino médio completo.

Se, por um lado, as disparidades entre os sexos não são tão significativas no que diz respeito à escolaridade no município de Belém, este cenário muda ao tratar da escolaridade com recorte racial. É notável, por exemplo, que a proporção da população negra sem instrução (26,7%) é significativamente maior do que da população branca (17,7%), assim como na

população com ensino fundamental completo, sendo 18,8% dos negros e 15,2% dos brancos, e com ensino médio completo, sendo 36,3% dos brancos e 40,8% dos negros.

Gráfico 5: Escolaridade da População de Belém, por raça



Fonte: IBGE, 2019. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Essa tendência se inverte ao observar a população com ensino superior completo, que representa 30,8% dos brancos, significativamente superior às médias nacional e regional e apenas 13,7% dos negros, estando inclusive abaixo da média nacional (IBGE, 2019). Essas informações indicam um **ponto de atenção no que diz respeito ao acesso da população negra aos equipamentos de ensino superior**, como universidades, impactando em diversos fatores, como o acesso a novas oportunidades de trabalho e o aumento da renda.

Ao considerar os relatos trazidos pelos entrevistados do Guamá, é possível inferir que **a escolaridade da população não segue a tendência vista nos dados municipais**. É notável que os jovens do território, não fazem parte do grupo descrito pelo INSE (Índice Socioeconômico) médio de Belém, que identifica a média dos alunos como pertencentes à classe média/ média baixa, considerando as vulnerabilidades levantadas nos grupos focais acerca de renda, infraestrutura e educação. A média municipal do INSE em Belém é de 4,3905, colocando os estudantes na faixa III (INSE de 4,0 a 4,5), correspondendo à seguinte descrição:

“Neste nível, os estudantes estão entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional do INSE. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, uma televisão, um banheiro, *wi-fi* e máquina de lavar roupas, mas não possui computador, carro, garagem e aspirador de pó. Parte dos estudantes passa a ter também freezer e forno de micro-ondas.” (INEP, 2019).

No Guamá, **a precariedade da infraestrutura nos equipamentos de educação é apontada como uma das maiores problemáticas no setor da educação**, um dos fatores responsáveis

pela justificativa de algumas famílias em optar por ocupar seus filhos no trabalho nas feiras como alternativa à falta de aulas e dificuldade em oferecer aos adolescentes e jovens ferramentas para a construção de uma perspectiva de futuro.

“A gente atualmente está vendo no bairro (...) as turmas todas, sendo liberadas constantemente. Fica uma horinha na escola e vai (por falta de água e merenda)” (Liderança Comunitária de Belém)

“A maioria das vezes, a gente sai cedo por causa de falta de merenda para nós, ou falta da água, ou a água tá com gosto de ferro, sai amarela. Tá com gosto de ferro, é sempre assim, aí normalmente liberam cedo por causa disso, né? Que eles também pelo menos (...) pensam um pouco e não deixam os alunos” (Jovem Entrevistada em Belém)

Entre as necessidades estruturais básicas apontadas pelos entrevistados, foram relatadas desde **a ausência e falta de manutenção nas carteiras, que estão inapropriadas para o uso, até a falha recorrente no abastecimento de água.** Na percepção de lideranças comunitárias e jovens entrevistados, a falha no sistema de abastecimento recai sobre o funcionamento das escolas, cuja única saída para o impasse da falta de água que abastece os bebedouros e banheiros é o cancelamento das aulas. Tal solução, repetidas vezes e a longo prazo, produz prejuízo à qualidade do ensino, desempenho dos alunos e dos professores, bem como contribui para a exposição dos jovens a situações de violências urbanas. A situação de precariedade é percebida como uma forma de violência por seu impacto na qualidade de vida dos jovens.

“Eu acho que a violência, ela, não é só violência de apanhar e tudo mais, mas a violência, porque tu passa por, como é que chama? As privações que isto acaba passando e que fica, acaba ficando corriqueiro, né? Normal na vida da pessoa” (Liderança Comunitária de Belém)

“É sério, minha escola está caindo aos pedaços. Teve aquele negócio da ameaça de bomba lá na escola (...) Mas é sério, estouraram mesmo (...) bom, na minha roubaram a torneira, sabe?” (Jovem Entrevistada em Belém)

A percepção dos gestores públicos e lideranças comunitárias do bairro é de que a insuficiência de investimentos no setor acentua a situação de precariedade, comprometendo a qualidade da oferta de ensino, com relação direta às situações em que houveram cancelamento de aulas em resposta à falta de água e aos casos de depredação (em que foram furtados materiais e insumos, e até mesmo a subtração de torneiras).

“Investimento na educação é primordial porque não tem. Eu fui votar. Eu amo aquela escola que foi a minha escola do ensino fundamental 2. E eu cheguei lá (...) Os espaços onde a gente brincava, onde a gente ensinava peças e tudo mais. Fechada. A quadra fechada, estão tudo quebrado, impressionante” (Liderança Comunitária de Belém)

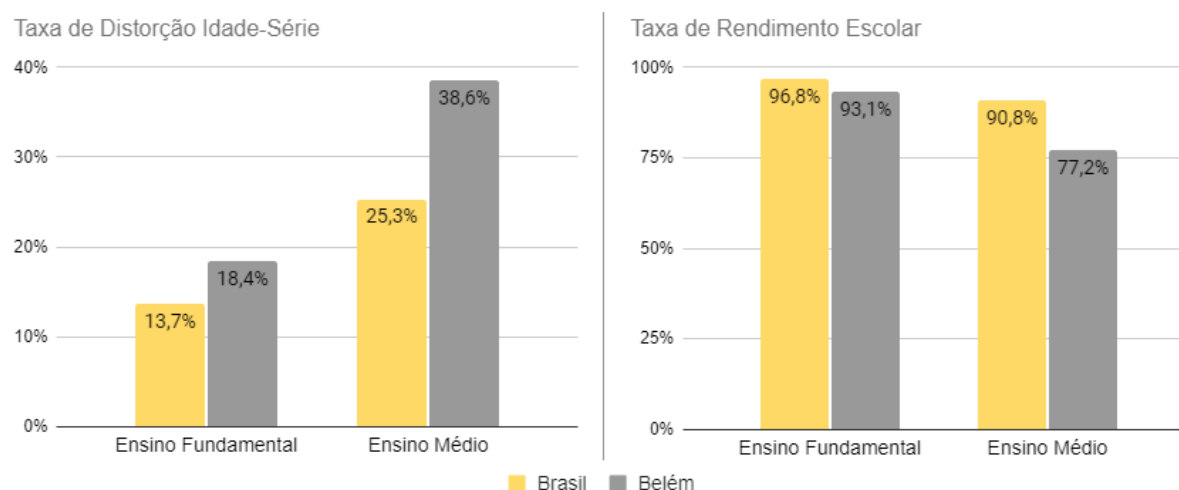
“Estou falando de escola do bairro, as cadeiras são sucateadas, sala quente, sabe? Então, estruturalmente, assim não dá para ficar, não dá. E aí, como vai estudar, né? Num lugar assim que não te dá uma qualidade” (Liderança Comunitária de Belém)

Voltando as lentes para a existência de equipamentos de educação e oferta de vagas para os jovens em idade escolar, no município de Belém percebe-se que o **acesso dos jovens de 5 a 14 anos ao ensino fundamental é de 81,9%, enquanto o acesso ao ensino médio, referente a jovens de 15 a 19 anos, é de 51,2% (INEP, 2021)**¹. É notável que Belém possui um acesso ao ensino médio significativamente baixo, porém, ao considerar a faixa etária de até 19 anos, é possível que uma parte desses jovens já tenham finalizado o ciclo escolar normalmente, uma vez que é comum fazê-lo a partir dos 17 anos.

No município de Belém, **a distorção idade-série² para o ensino fundamental é de 18,4%, enquanto no Brasil é de 13,7%**, indicando que existem mais jovens fora da idade ideal nas turmas de ensino fundamental do que a média brasileira. A mesma tendência se repete no **ensino médio, em que a taxa em Belém é de 38,6% e no Brasil de 25,3% (INEP, 2021)**. Essas informações podem sugerir potenciais falhas nos sistemas educacionais municipais, mas também possíveis vulnerabilidades que formam obstáculos para o aprendizado adequado dos jovens, como condições de vida e infraestrutura, que influenciam o acesso aos materiais didáticos e a locais com condições de estudo adequadas.

A distorção idade-série se relaciona diretamente com as taxas de rendimento escolar³ de um território. Seguindo tendência similar à distorção idade-série, **Belém possui taxas de rendimento menores do que as médias brasileiras, tanto no ensino fundamental, 93,1% em Belém e 96,8% no Brasil, quanto no ensino médio, 77,2% em Belém e 90,8% no Brasil (INEP, 2021)**.

Gráfico 6: Taxas de Distorção idade-série e de Rendimento Escolar de Belém



¹ Este indicador não considera jovens fora das idades ideais que podem estar incluídos nas matrículas escolares do município, portanto é necessário considerar esta limitação.

² Este indicador mostra a proporção de alunos matriculados com idade de pelo menos 2 anos a mais do que o ideal para a série, indicando uma possível defasagem nos estudos desse grupo em relação ao adequado.

³ Este indicador mostra o aproveitamento/aprovações dentro dos ciclos de ensino.

Fonte: INEP, 2021. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

A rede municipal de ensino de Belém também possui uma **taxa de abandono no ensino fundamental (3,2%) significativamente maior do que a média brasileira de 1,5% (INEP, 2021)**. Estes indicadores acerca do sistema educacional sugerem que o acesso e permanência dos jovens nas escolas pode ser considerado um ponto de atenção importante, uma vez que o município apresenta, em geral, indicadores mais preocupantes do que as médias nacionais.

Esta lacuna pode se dar a partir de uma variedade de fatores, mas **os relatos dos atores sociais ouvidos indicam alguns pontos de atenção, como a mencionada precariedade na infraestrutura dos equipamentos de ensino, e suas consequências, como o comprometimento da qualidade do serviço ofertado**, cancelamentos de aula e consequentemente impactando o rendimento escolar. Os participantes da pesquisa também apontam o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades laborais e mesmo a incidência de gravidez indesejada na adolescência, fatores que impactam diretamente a permanência dos jovens nas atividades educacionais.

Para além do acesso ao ensino, é importante analisar a ponte feita entre a etapa educacional e profissional na vida dos jovens, que pode ser realizada, entre outras estratégias, a partir das experiências possibilitadas pelas vagas para aprendizes⁴. **Em Belém, 50,3% das cotas para aprendizes estão preenchidas**, enquanto no Brasil essa proporção é de 53,8%, podendo indicar menor eficácia dos programas de jovem aprendiz no município (RAIS, 2021).

No que se refere à distribuição de equipamentos educacionais no município, Belém possui 28.888 estabelecimentos de ensino infantil, 165.047 de ensino fundamental, 62.068 de ensino médio e 22 de ensino superior, sendo quatro universidades, um centro universitário, 16 faculdades e um Instituto Federal. A maioria da oferta de ensino superior em Belém vem da esfera privada, com 18 estabelecimentos, incluindo o centro universitário, todas as faculdades e uma universidade. Já a esfera pública é responsável por duas universidades federais, uma estadual e um Instituto Federal (INEP, 2021).

Estes estabelecimentos incluem equipamentos das esferas federal, estadual, municipal e privada, e estão distribuídos nas zonas urbanas e rurais do município, fatores que também influenciam diretamente no acesso à educação. É necessário pontuar não haver nenhum estabelecimento que ofereça ensino médio na zona rural de Belém.

Todos os equipamentos educacionais localizados na zona rural são de esfera pública, sendo a maioria municipal. A esfera municipal também é a principal administradora dos equipamentos de educação infantil na zona urbana, e de todos os equipamentos de educação infantil na zona rural. A zona urbana do município possui 45% de seus

⁴ Essas vagas abrangem cargos para jovens de 14 a 24 anos e são obrigatórias nas empresas de médio e grande porte.

Já no bairro do Guamá, há a presença de 21 equipamentos públicos de educação, sendo que entre estes cinco ofertam o Ensino Infantil, 18 o Ensino Fundamental, quatro o Ensino Médio, sete o ensino do tipo EJA e um oferta o Ensino Superior (Mapa 4).

No que se refere à qualidade do serviço de educação ofertado no território, **os entrevistados destacaram os impactos da pandemia de COVID-19 nos prejuízos de aprendizados das**

crianças e jovens no ambiente escolar. Ainda, evidenciaram a notada situação de sobrecarga vivida pelos gestores e professores da rede pública de ensino.

"As nossas escolas estão deficitárias e os professores cansados. Não vou botar a culpa neles, estão extremamente cansados, e todos viemos de uma pandemia aí que afastou esses jovens da escola. O que a gente percebe neles, que é uma coisa que a gente tem discutido lá dentro da biblioteca, é que perdeu-se o hábito de escrever. Então, se for olhar, por exemplo, um texto escrito por um jovem, é muito difícil tu conseguir entender o que ele está querendo dizer, porque ninguém sabe mais escrever na vida" (Liderança Comunitária de Belém)

As condições de estrutura mencionadas das escolas existentes no bairro também influenciam diretamente no acesso à informação dos alunos e condições de manutenção do ensino. **Embora seja perceptível a falta de estabelecimentos educacionais** na comunidade, **a continuidade dos estudos, por meio da formação em um curso de ensino superior, se mostrou uma realidade na fala dos adolescentes e jovens.** Assim, nutrem um sentimento de pertencimento com a Universidade Federal do Pará (UFPA), cujo campus foi construído no entorno do bairro e possui acesso pelo Guamá.

"Ainda não sou aluno da UFPA, mas eu vou lá quase todas as terças para estudar na biblioteca central. E por que é um lugar que eu considero seguro, né? Eu sempre acho os centros universitários, eles são um lugar de muita diversidade cultural e social, um lugar de diálogo, um espaço aberto a todo tipo de diálogo, né? É dali que, são forjados ali os futuros conhecedores de diversos assuntos, né?" (Jovem de Belém)

"Como eu posso dizer... é um local bonito. Tem seguranças. Futuramente vai ser a segunda casa, né?" (Jovem Entrevistada em Belém)

Essas projeções foram relativizadas, de maneira geral, pelo grupo de gestores públicos entrevistados. **Embora a UFPA esteja "dentro do Guamá" há alguns anos, não se observava a compreensão de que acessar aquele espaço fosse possível para jovens advindos do Guamá.** Por outro lado, a Universidade mostra-se como um polo de atração de profissionais interessados em atuar em políticas e serviços públicos, como apontam em suas falas partes das gestoras, cujo contato com a realidade do bairro se deu a partir da própria UFPA, por conta de sua graduação ou da passagem pelas especializações, uma vez que não residiam no território.

"E eu acho assim uma crítica muito construtiva a fazer, é pela universidade que a gente tem bem aqui, que é tão sonhada por Belém como todo, mas para quem mora aqui talvez seja um sonho tão distante. Para muita gente. Então assim, às vezes eu ia para cursinho e vi assim, gente de todos os locais de Belém de proximidades. E ver as pessoas sonharem, estar na universidade, e eu participava do grupo de jovens da igreja. Eu sonhava estar na universidade, mas não era sonho do grupo de jovens da minha igreja. Então eu achava como parte da minha função social que eu estava exercendo dentro da minha igreja, falar de participar dos processos seletivos anuais. Né? Então eu achava uma crítica que deveria ser levantada no nosso bairro, por nós termos acesso a um grande sonho aqui

paraense. Mas o local não sonhava, não sonhava dessa forma. Né? E aí eu trazia o meu sonho para tentar trazer para os outros. Eu não, eu não fui para a UFPA, fui para a UEPA, mas ainda assim eu consegui. Estar dentro desse sonho, então é isso, é mais de pertencimento, de achar que eu tenho uma função social dentro do meu país Guamá” (Gestora Pública de Belém)

“Eu sou do interior do estado, e a minha relação com o Guamá se deu pela Universidade Federal do Pará, fiz graduação, mestrado e doutorado e também as relações com o bairro. É muito essa relação entre a universidade com a (comunidade) através dos projetos de extensão, projetos de pesquisa, né? Que desenvolvi ao longo de todo esse período” (Gestora Pública de Belém)

No que diz respeito à estrutura escolar, a problematização realizada pelos entrevistados decorre do reconhecimento dos equipamentos de educação como espaços que possuem uma função social a ser cumprida. **Apontam que o papel da escola deveria ser o de propiciar um espaço de diálogo que fomente a produção de pensamento crítico ao cidadão, preparando-os, desta maneira, para a vida adulta.** Foi ressaltada, ainda, a necessidade de um aprofundamento das informações acerca dos múltiplos aspectos da vida social, como os tópicos relacionados à saúde sexual e reprodutiva, até as diversas formas de violências a que estão sujeitos em sociedade.

“Eu acho que hoje um dos caminhos muito viáveis assim que nós temos para combater esse tipo de coisa (violência) é o meio da informação. É abrir os espaços de diálogo. Por exemplo, isso que nós estamos fazendo aqui, agora. A gente não teve desde a nossa base de quando criança, esse tipo de conversa, até de forma lúdica. Nós não tivemos esse tipo de conversa. E nós viemos entender que isso [violência] era um problema social já grande depois da escola, outras pessoas mais tarde, quando entram na universidade, vão entender como funciona a sociedade. Então eu acho que os espaços de diálogo são muito necessários nessa sociedade (...) Principalmente quando nós somos das periferias (...)” (Jovem Entrevistado em Belém)

Na visão dos jovens participantes da pesquisa, alguns temas que seriam fundamentais de serem trabalhados na escola são tratados como “tabu”, restando à algumas organizações sociais acolherem essa demanda e buscar preencher as lacunas de informações.

“Só que para mim, ele (Lar Fabiano de Cristo) faz o seu papel, que muitas das vezes a escola deveria fazer com educação sexual, com gravidez na adolescência, porque muita gente acha que educação sexual nas escolas é ensinar a criança e o jovem a (ter relação sexual) essas coisas, só que não é verdade. Educação sexual seria tipo, é ensinar aquele no âmbito infantil, ensinar a criança, eu acho, onde não podem ser tocadas, ensinar a criança a perceber uma violência, reportar para os pais, essas coisas. Mas hoje em dia ainda falta muita educação sexual nas escolas” (Jovem Entrevistado em Belém)

Reconhecidamente, **as OSCs foram apontadas pelos adolescentes e jovens como locais em que participam de atividades sobre as formas de acesso aos direitos sociais, além da participação em atividades culturais.**

“É, no caso, o espaço cultural, foi um convite que deram pra minha mãe, aí minha mãe foi primeiro e depois ela levou a gente. E o convite era um círculo de leitura, aqui aos sábados. E aconteceria de 15 em 15 dias com uma pessoa, lia um livro e depois de 15 dias voltaria pra conversar sobre esse livro. Aí foi assim, a gente foi chegando aí, foi participando de outras atividades, dança, teatro, as coisas. Aí a gente ficou até hoje” (Jovem Entrevistada em Belém)

“A gente até já ouviu falar sobre o ECA já” (Jovem Entrevistada em Belém)

No que diz respeito ao papel da escola enquanto facilitadora no desenvolvimento de competências e habilidades para vida social, a atividade de **elaboração de um Projeto de Vida é uma competência** recentemente desenvolvida, sendo celebrada entre os adolescentes e jovens que participaram da escuta. Segundo eles, deveria haver um maior investimento no desenvolvimento dessa ferramenta nas escolas, pois **apresenta benefícios no desenvolvimento de habilidades para a passagem à vida adulta**, como planejamento e ações focadas no cumprimento dos objetivos traçados, bem como no próprio incentivo à continuidade de estudos ou transição profissional.

“No caso, a gente só tem a ideia de que a gente quer chegar na universidade, então, fazer alguma faculdade, mas a gente não tem ideia exatamente qual é o rumo que a gente vai tomar quando a gente chegar lá” (Jovem Entrevistada em Belém)

É importante enfatizar que, **apesar das fragilidades em sua atuação, a escola aparece como parceira estratégica do serviço de assistência social e de organizações sociais que atuam com adolescentes e jovens**, travando diálogos e disseminando informações referente às atividades desenvolvidas nesses espaços, fortalecendo assim uma rede de apoio e proteção para esse público.

No âmbito da gestão pública municipal, Belém possui um Plano Municipal de Educação, atualizado em 2015, que estrutura as diretrizes e orientações para as políticas públicas educacionais. Com as lentes voltadas para a gestão municipal, é possível destacar a existência de cinco projetos atuais executados pela SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), que tem como público-alvo os jovens com a mesma faixa etária da Agenda Cidade UNICEF.

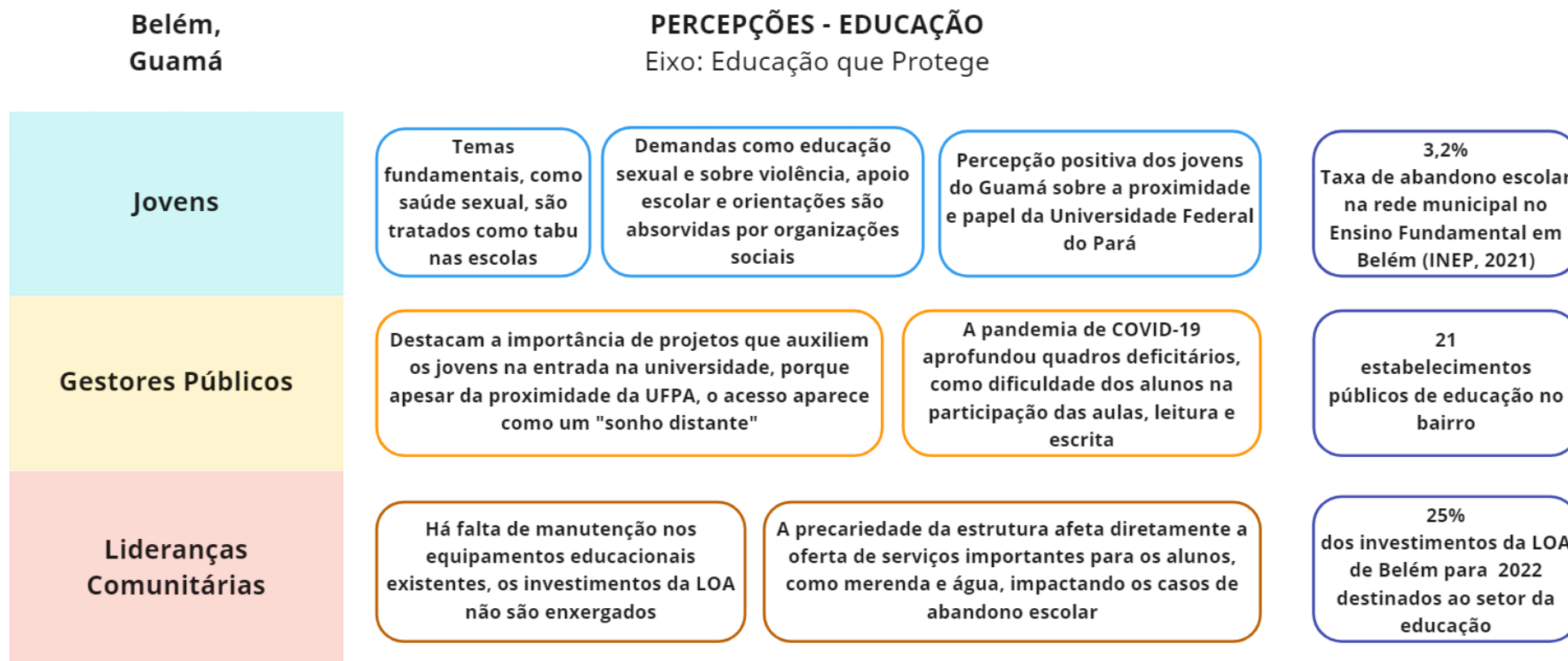
Tabela 1: Projetos e Programas Municipais de Educação em Belém

Nome	Público-alvo	Descrição	Órgãos Responsáveis
Programa Alfabetiza Belém	Pessoas que, por algum motivo, não puderam se alfabetizar na idade ideal, e alunos com necessidade de reforço escolar	Desenvolvimento de parcerias para a alfabetização de milhares de habitantes entre 2021-2024 e promover reforço escolar para alunos da rede municipal	SEMEC Parceiros

Política de atendimento escolar aos indígenas, imigrantes e refugiados	Indígenas, imigrantes e refugiados em idade escolar	Política educacional, com base na interculturalidade e respeito a todos os povos, assegurando todos os direitos sociais das crianças e garantindo os debates sobre as tradições culturais dos povos indígenas no ambiente escolar. As ações integradas realizadas no município unem esforços institucionais para promover, cada vez mais, acesso a direitos, serviços básicos e inclusão social e econômica com a perspectiva de assegurar a cidadania destas populações que escolheram Belém para viver.	SEMEC
Núcleo de Arte, Cultura e Educação	Docentes da rede municipal	Formação para que os docentes possam planejar e realizar vivências nos espaços escolares e não escolares.	SEMEC
Inserção do profissional de psicologia e de serviço social na rede pública de educação básica.	Escolas da rede pública municipal	Assegurar o serviço em psicologia e serviço social à comunidade escolar da rede pública.	SEMEC
Criação de Conselhos Escolares	Escolas da rede pública municipal	Garantir a gestão democráticas das escolas municipais - eleição dos diretores, representatividade de diversos grupos atuantes no ambiente escolar	SEMEC

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Imagem 1: Quadro Síntese - Educação



Elabora por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

A área da saúde foi destacada com 23% do orçamento municipal na Lei Orçamentária Anual de Belém de 2022. No Guamá há, assim como na área educacional, a percepção de que esses recursos não chegam ao território, existindo relatos de falta de medicações, necessidade de ampliação de quadro de profissionais, sobrecarga dos estabelecimentos e falta de manutenção nos equipamentos dentre os gestores públicos, lideranças comunitárias e jovens participantes da pesquisa.

Mapa 5: Estabelecimentos públicos de saúde no bairro do Guamá



Fonte: SESMA, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

O município de Belém possui uma taxa de cobertura vacinal de 49,6, sendo significativamente inferior à da região Norte de 79,2 e da média nacional de 66,9 (DATASUS, 2022). Esse dado aponta para a incidência de menor acesso e alcance do sistema de saúde em relação a um dos principais fatores de prevenção de enfermidades como sarampo e hepatites.

Considerando o acesso e alcance do sistema, um ponto de observação em relação à oferta de equipamentos de saúde no Guamá é que **a organização administrativa-política das unidades de saúde não é compreendida pela população em geral, gerando a percepção de que não existe uma ‘UPA do Guamá’ fazendo com que os moradores recorram aos bairros vizinhos.** Na conversa com as gestoras públicas foi possível compreender melhor a razão dessa percepção, uma vez que a UPA que atende os moradores do Guamá e se localiza nesse bairro recebe o nome de UPA Terra Firme.

“A gente colocou A UPA Terra firme. Porque fica muito, muito próxima. A gente chama de UPA Terra firme, mas ali é meio que Guamá, porque fica na frente da universidade. Ou seja, os moradores do bairro do Guamá normalmente vão até esta UPA, (...) apesar de o nome ser Terra firme. Não tem uma UPA dentro do bairro do Guamá, aqui do bairro. Acaba indo no Terra firme e na UPA Jurunas. São muito próximas (...) e acontece também que se você pra algumas pessoas, se você disser assim, vai na UPA da Terra firme, algumas pessoas não se localizam. Entendeu? Porque eles se localizam como se estivessem no Guamá. É porque ali é Guamá, não sei porque botaram na internet como Terra Firme, mas enfim, se você disser assim, vai na da Terra firme, as pessoas começam a entender que é muito distante, é aqui e eles entendem que apesar do nome é nosso” (Gestores Públicos de Belém)

A fala das gestoras públicas sobre a lógica do desenho das políticas públicas auxiliou na compreensão acerca da forte presença dos territórios Canudos e Terra Firme, presentes nos relatos dos jovens.

“Quando a gente fala alguns espaços dessas políticas, ela vai ser pensada a partir de territorialidades. Que é diferente de distritos, isso é importante. (...) É de territorialidades que muitas vezes não combinam com a divisão distrital, né? Então, por exemplo, CRAS do Guamá. Ele não é o CRAS do Guamá, na territorialidade dele você tem, ele atende outros bairros, porque essas políticas são pensadas a partir de territorialidade” (Gestora Pública de Belém)

Os jovens entrevistados disseram que buscam os serviços públicos de saúde somente em emergências e que, havendo possibilidade financeira, optam por buscar atendimento particular nessa área. Muitos deles relataram ainda que **deixam de ir à UPA e a Unidade de Saúde da Família devido à distância.** Além da questão estrutural que dificulta o acesso por parte dos jovens, foi relatado que, na maioria das vezes em que fizeram uso ou buscaram pelo serviço, não se sentiram acolhidos.

“Porque eles não tratam bem as pessoas lá.(...) Horas de espera, pessoas morrem às vezes na fila, às vezes por falta de medicamento ou por medicamento errado. Então a gente não se sente segura a ir pro lugar que a gente não vai ser bem tratada e a gente vai simplesmente por necessidade por não ter outra opção” (Jovem Entrevistada em Belém)

Os relatos por parte de **gestores públicos e jovens** apontam para o agravamento das desigualdades em função da falta de infraestrutura dos equipamentos de saúde e o baixo quadro de profissionais, resultando na inacessibilidade ocasionada pela demora no atendimento.

“É uma fila imensa e é muito difícil. São determinadas senhas para tantas pessoas, incita chegar cedo porque depois não tem e é uma luta para se consultar, pra marcar uma consulta no posto. E nem consegue. Várias vezes e não consegue. E às vezes, marca particular” (Jovem Entrevistado em Belém)

"Estou falando da saúde aqui nesse sentido, tanto conselho tutelar, nós já deveríamos ter muito mais e a gente não tem. E CREAS, enfim, né? Os bairros estão crescendo, a população está crescendo, mas a gente parou no tempo, entende? A gente aqui em Belém parou no tempo. Nesses equipamentos, nas últimas gestões, não foi acrescentado nada, e o que foi implantado já foi há bastante tempo e parou. (...) a população cresce, ou seja, mesmo que a pessoa queira, ela tem muita dificuldade de acessar esses espaços" (Gestora Pública de Belém)

Há também a percepção por parte desse público de que **existe uso político dos equipamentos de saúde, denotado pela celeridade de tratamentos e acessos a grupos selecionados em períodos eleitorais**. A insuficiência é percebida pelos gestores públicos, mas estes compreendem que se trata mais de uma defasagem no redesenho dos equipamentos e quadros que acompanham o crescimento do território.

"Assim a gente definindo a saúde pública hoje é tanto ao nível municipal e estadual, é muito precário e a gente vê que hoje as propagandas do governo, da prefeitura é uma coisa muito bonita, né?" (Jovem Entrevistada em Belém)

“(sobre politização dos serviços públicos em períodos eleitorais) tem toda a parte ruim do processo eleitoral, mas, ao mesmo tempo, tem a parte boa, porque essa é a hora que os políticos saem aí para marcar consulta para todo mundo, aí a gente se aproveita, né? Para resolver com celeridade, minha irmã nasceu. Por meio da política, praticamente a minha cirurgia foi política” (Jovem Entrevistada em Belém)

Entre os relatos dos jovens, destaca-se a **falta de informações adequadas sobre saúde e educação sexual, que não são oferecidas pelos sistemas de saúde e educacional**. A pouca receptividade percebida pelos jovens em relação aos profissionais de saúde, faz com que não enxerguem os equipamentos de saúde como lugares em que podem buscar informação sem julgamentos, papel que acaba sendo desenvolvido por projetos e organizações sociais.

Considerando essa realidade, **há a identificação de casos no território de meninas e meninos muito novos com a vida sexual ativa e sem a orientação adequada**. Esse cenário

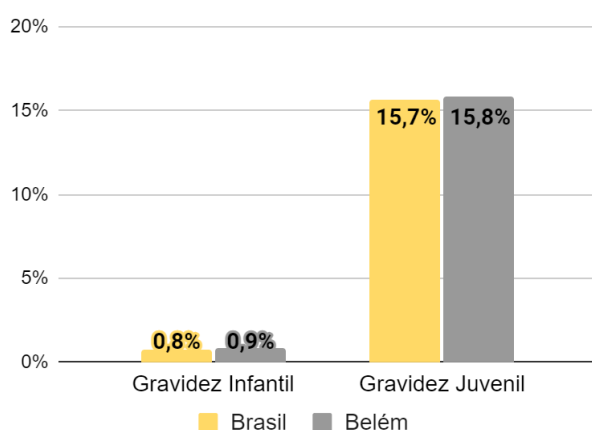
abre espaço para o surgimento de outras situações de vulnerabilidade, como abuso sexual sob efeito de substâncias psicoativas e consequente gravidez precoce.

“Eu tenho uma prima, ela é usuária de drogas e ela ficou grávida. Ela tem 19 anos agora e ela teve o bebê com 17,18. E aí eu vendo toda a situação dela já sabendo toda história complicada de vida dela. Aí eu fui enxerida e peguei o bebê pra mim, praticamente com 14 anos e ele tá com a gente até hoje.(...) tem um histórico da família que às vezes acaba afetando e é muito complicado falar a verdade de gravidez. E ainda mais, na adolescência” (Jovem Entrevistada em Belém)

“A camisinha, pelo menos camisinha, você fica feliz da vida que você está entregando a camisinha para aquele adolescente. Tá procurando a camisinha? Como é que tá o contexto sexual dele? Ele tem vários parceiros ali no meio? Como é que tá isso daí? (...) eu deveria ter esse atendimento, sim, mas a gente não tem, não tem profissionais, né? Não tem pra gente isso, eu acho que é onde a gente deve ampliar essa rede de atendimento. Tanto da saúde quanto da educação, da assistência, e tá muito reduzido” (Gestora Pública de Belém)

Diante do início da vida sexual sem a orientação adequada, a gravidez precoce passa a ser também uma realidade no território. Assim, é essencial observar as taxas de gravidez precoce no município que apresentam não apenas um risco para o recém-nascido, mas também para a saúde da gestante. A vulnerabilidade sugerida pela gravidez precoce é potencializada quando referente à gravidez infantil (10 a 14 anos), tanto da perspectiva fisiológica quanto social. **A proporção de gravidez entre meninas de 10 a 14 anos em Belém (0,9%) é levemente maior que a média do Brasil, de 0,8%. Já a gravidez juvenil, de 15 a 17 anos, têm taxas extremamente similares no município de Belém (15,8%) e na média nacional (15,7%), e são alarmantes (DATASUS, 2020).**

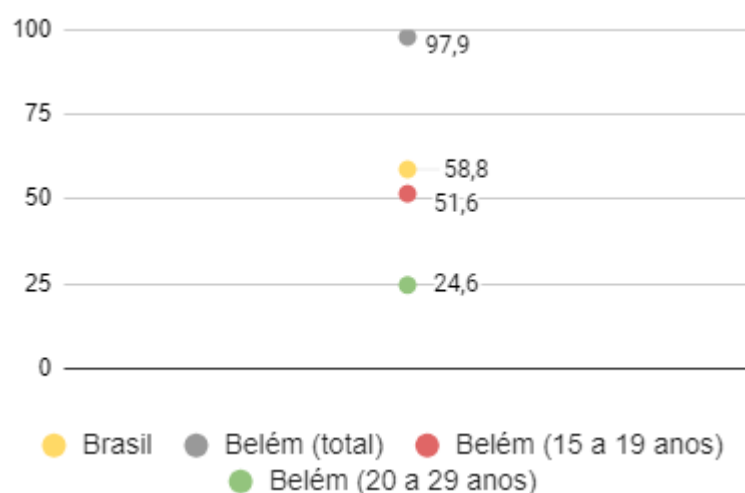
Gráfico 7: Gravidez Infantil e Juvenil



Fonte: DATASUS, 2020. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Segundo o DATASUS (2017) a taxa de mortalidade materna⁵ no Brasil é de 58,8 (a cada 100.000 nascidos vivos), em Belém essa taxa é significativamente maior (97,9). Ao analisar a mortalidade materna de jovens, vemos que as taxas são menores que a média municipal e nacional, especialmente na faixa etária de 20 a 29 anos (24,6). A idade das gestantes também é um fator importante ao se considerar os riscos de uma gestação, sendo que nascidos de gestantes com menos de 19 anos e com mais de 40 tendem a ter maiores taxas de mortalidades (SEADE, 2021), sendo um ponto de atenção para a situação dos jovens Guamá.

Gráfico 8: Taxa de Mortalidade Materna



Fonte: DATASUS, 2017. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

A **taxa de mortalidade infantil** no Brasil é de 12,4 a cada 1.000 nascidos vivos, enquanto a **de Belém é mais elevada, sendo 13,6 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos**. Diversos fatores podem estar relacionados às altas taxas de mortalidade infantil, como enfermidades originadas na gestação, abrangendo infecções e doenças parasitárias que podem surgir ou se agravar a partir da falta de acesso à infraestrutura de saneamento básico e capacidade do sistema de saúde local, pontos observados também no Guamá. Quando questionados sobre acesso aos serviços públicos, os jovens entrevistados relataram dificuldades em acessar os serviços de saúde, de maneira geral, sem especificar especialidades de atendimento. As dificuldades transitam desde a demora nos atendimentos ao medo de serem tratados de maneira desrespeitosa.

Apesar de parte dos jovens do Guamá não considerarem buscar informações e ajuda nos estabelecimentos de saúde pública, os agentes públicos entrevistados compreendem que as unidades de saúde representam pontos de segurança para esse público, uma vez que os profissionais recebem constante treinamento para identificar sinais de violências e abusos em crianças e adolescentes. Em suas falas também evidenciaram um esforço contínuo das

⁵ O indicador considera o número de óbitos por causas maternas no ano de referência.

equipes em promover palestras e conversas em escolas, CRAS e Conselho Tutelares para disseminação dessa informação. No que tange ao alcance do público jovem, as gestoras apontam que é notável o aumento na sua frequência para buscar camisinha e anticoncepcional.

“Nas unidades básicas a gente já está tendo um público maior de adolescentes procurando, né? Porque até a gente tem que trabalhar dessa coisa que o adolescente pode ir só. Apesar que os profissionais de saúde ainda ficam com o pé atrás de atender o adolescente sozinho” (Gestora Pública de Belém)

Na fala acima podemos relacionar a **ressalva de alguns profissionais em atender os adolescentes sem acompanhamento das pessoas responsáveis, sendo percebido pelos jovens como a “pouca receptividade”** destacada anteriormente. As próprias gestoras demonstram ter conhecimento dessa percepção dos jovens, e afirmaram que isso produz reflexões por parte da gestão a partir de questionamentos com as equipes.

“E aí já gera umas discussões assim, tipo parto. O adolescente pode acompanhar a adolescente grávida no parto. Isso tudo está sendo discutido dentro das unidades porque é lei, mas tem que ser de maior ou pode um adolescente de 13 anos, que é o pai da criança, entende? Então são coisas que a gente tem buscado trazer essa dor. Sinto que normalmente ainda há uma barreira, não? Você é de menor, você não pode. E aí, eles acham que eles não vão ser atendidos” (Gestora Pública de Belém)

Uma frente ativa do trabalho dos agentes de saúde, destacada na entrevista, está relacionada à constatação da **baixa adesão de homens em buscar apoio nos centros de saúde no cuidado de si**. A partir da campanha de participação do companheiro no pré-natal, buscam sensibilizar o homem para o cuidado com a própria saúde. No entanto, os públicos que mais acessam o espaço são as próprias mulheres e os idosos e crianças acompanhantes.

“A gente vê muita criança, a gente vê muita mulher, vê o idoso. Quando chega no jovem, já é bem menor. E o homem, né, que é de 20 e 59 anos, que a política de saúde do homem, a gente praticamente não vê. Então a gente tenta criar estratégias. Uma das estratégias hoje é o pré-natal do parceiro, que chegam os adolescentes lá. (...) Aí a gente aproveita, faz os exames com a vacina, faz tudo o que tem feito aqui. Eu digo que a gente tem que correr atrás para ver se pelo menos esse homem, esse adolescente, menino, né? E tal, vai pelo menos 2 vezes no pré-natal” (Gestora Pública de Belém)

Os jovens também apontaram que existe uma pressão social que incide sobre as jovens do sexo feminino, com julgamentos morais e pressão psicológica sobre meninas que engravidam antes dos 18 anos:

“O julgamento é forte. Tem uma pressão também que cai. Cai muito mais sobre a menina, vocês entendem? E normalmente, às vezes, o menino não sai como o errado, é não julgam ele” (Jovem Entrevistada em Belém)

“A mulher grávida deveria se sentir acolhida e não julgada, porque, nesses casos, é uma pressão psicológica muito grande que a pessoa grávida entende e só passa coisas erradas na mente dela, porque ela sente que parece que a vida dela terminou ali e não é assim. Acho que tem como minimizar mais um pouco essa situação e parar com esse julgamento. Eu tenho uma amiga, (...) e foi bastante difícil para ela. E cara, ela é a pessoa mais feliz do mundo agora, então toda aquela pressão que ela sentiu durante a gravidez dela foi desnecessário.(...) Claro que é um assunto grave, é um assunto polêmico, mas certas coisas que são ditas nesse caso dá para evitar. Analisar caso a caso tem coisas melhores, a ser dita” (Jovem Entrevistada em Belém)

Além disso, a lacuna na educação sexual e no acompanhamento de saúde produzem efeitos e agravos na saúde mental de jovens e adolescentes. **O baixo repertório sobre saúde mental no ambiente domiciliar é um obstáculo a ser enfrentado pelos jovens. Estes relatam que contam com o apoio das organizações sociais que frequentam e que oferecem esse tipo de suporte**, além do compartilhamento de vivências com amigos da mesma idade. O assunto é subestimado e pouco conhecido, sendo ainda associado a uma perspectiva manicomial em que se trata de *‘coisa de doido’*.

“Tipo meu pai, [...] ele não é muito de desabafar, ele guarda para ele, e eu acho que seria bom se ele falasse com algum profissional. Se ele não consegue se abrir para a gente” (Jovem Entrevistada em Belém)

"A mamãe é assim, tipo, ela, ela tem ansiedade, ela toma remédio, para ansiedade, mas ela não consegue admitir que tem ansiedade. (...) ela toma só porque o médico insistiu que ela tomasse (...) Tipo, ela vai conversar contigo, mas ela, não adianta (...) Ela não nomeia como ansiedade ou depressão, por exemplo” (Jovem Entrevistada em Belém)

Ao refletirem sobre o que entendem ou pensam sobre saúde mental, **os adolescentes e jovens foram unânimes em reconhecer a importância da discussão do tema de maneira ampla e sincera**. A falta de orientação e diálogo, de não poder conversar abertamente e livre de julgamentos, foi apontada como agravante das situações extremas e de desespero que levam os jovens a *“fazer besteira com o próprio corpo”* (se referindo às lesões autoprovocadas). Os jovens afirmaram que existe a necessidade de contratar mais profissionais da saúde mental, que estejam disponíveis para escuta e sensibilização frente ao tema, com uma perspectiva de alcance dos familiares.

[Saúde mental] “É muito subestimada, mas tão necessária quanto oxigênio” (Jovem Entrevistada em Belém)

"O medo de falar o que sente machuca mais do que tudo” (Jovem Entrevistada em Belém)

“A saúde mental começa a ser afetada com o julgamento de família e amigos para chegar ao ponto extremo com tantas cobranças” (Jovem Entrevistada em Belém)

[Importante] “Ter alguém ou algum lugar onde possa conversar” (Jovem Entrevistada em Belém)

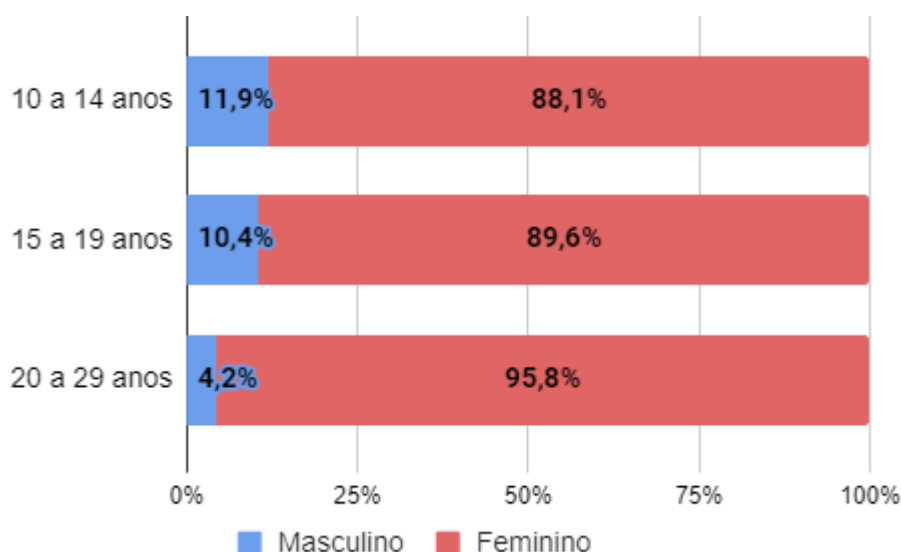
É apontado pelas lideranças comunitárias do Guamá entrevistadas que as organizações sociais teriam potencial de auxiliar e absorvendo parte da demanda relacionada à saúde mental. No entanto, hoje estas organizações não têm capacidade para tal absorção, especialmente pela falta de recursos, uma vez que dependem de doações ou financiamentos externos.

"[sobre a falta de recursos] como que a gente arca com uma assistente social ou uma psicóloga? (...) A gente queria estender para comunidade, mas ficamos de mãos atadas, tentamos indicar para as pessoas a rede de apoio, mas que por medo acabam não indo" (Liderança Comunitária de Belém)

Assim como os relatos do Guamá, é notável que grande parte da violência interpessoal/autoprovocada da cidade de Belém se manifesta entre os mais jovens: **pessoas de 10 a 29 anos representam 42,9% dos casos de suicídio do município**. Merece especial atenção a faixa etária entre 10 e 14 anos, que apresentou a maior proporção de casos de suicídio, sendo 17,1% do total do município, seguida dos jovens entre 20 e 29 anos, com 16,7% e dos jovens entre 15 e 19 anos, com 9,6% (DATASUS, 2021). Esse dado sugere um cenário preocupante, podendo ter origem em outras situações de vulnerabilidade que podem impactar profundamente a vida dos jovens, como o contexto doméstico, social, condições de saúde e de educação.

Ao observar os indicadores de violência interpessoal/ autoprovocada por sexo, é perceptível a vasta predominância de casos entre as jovens do sexo feminino, em todas as faixas etárias, **com destaque para a faixa de 20 a 29 anos, em que 95,8% dos casos de violência interpessoal de Belém ocorreram entre mulheres** (DATASUS, 2021).

Gráfico 9: Violência interpessoal/autoprovocada por faixa etária e sexo em Belém



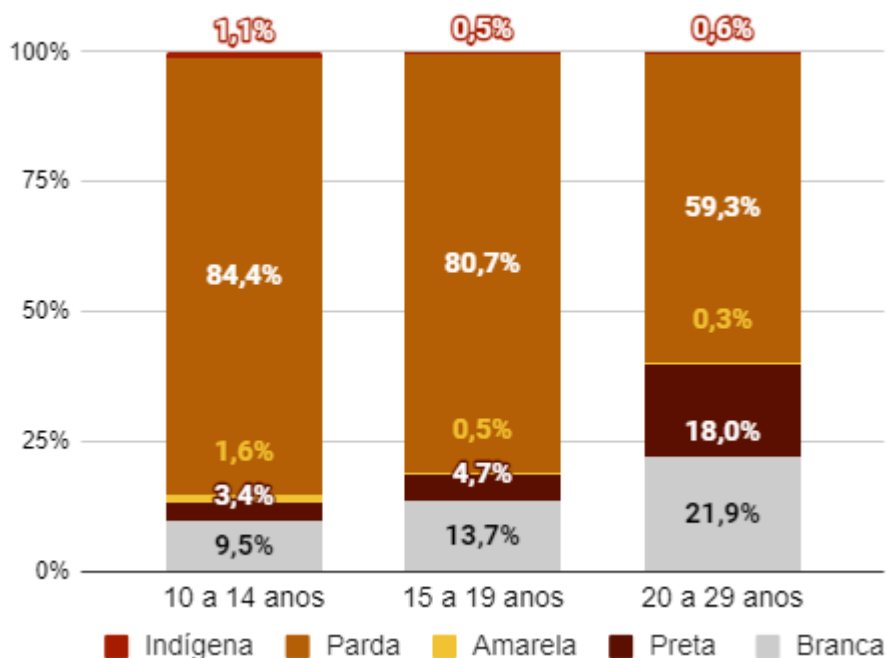
Fonte: DATASUS, 2021. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Ao analisar os dados de notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no período de 2009 a 2016, a pesquisa de Brito et. al. (2021) evidencia que:

“O sexo feminino representa a maioria dos casos de autoagressão em adolescentes, fato que pode estar relacionado às situações de abuso sexual, maus tratos, violência física e abandono. A discriminação e a violência são uma realidade compartilhada por meninas e mulheres do mundo todo, e a idade entre 16 e 24 anos é o período de maior risco para sofrer os diversos tipos de violência. A conduta exemplar socialmente esperada da mulher contribui para sua fragilização e, em muitos casos, a única solução percebida por elas é a autodestruição, contribuindo para os elevados números de suicídio entre mulheres jovens” (BRITO *et al.*, 2021, p. 8).

Voltando as lentes da análise para as características de raça, vê-se que **a maioria dos casos de violência interpessoal/ autoprovocada em Belém ocorre entre jovens pardos em todas as faixas etárias**, sendo **84,4% dos casos entre jovens de 10 a 14 anos; 80,7% dos de 20 a 29 anos e 59,3% dos de 15 a 19 anos**. Destaca-se ainda a proporção de casos entre jovens pretos de 20 a 29 anos, de 18%, que corresponde ao dobro da proporção geral de pretos na população (9%), apontando para possíveis vulnerabilidades raciais nessa faixa etária que, agravadas pelas discriminações e racismo, podem levar ao sofrimento emocional destes indivíduos e a comportamentos autodestrutivos (CRUZ SANTOS *et al.*, 2022). Pesquisas apontam também para a população indígena enquanto um grupo com alta susceptibilidade ao suicídio, que podem estar relacionadas à perda do território e cultura, além de aspectos relativos às discriminações e condições de vulnerabilidade social (BRITO *et al.*, 2021; CRUZ SANTOS *et al.*, 2022).

Gráfico 10: Violência interpessoal/provocada por faixa etária e raça em Belém



Fonte: DATASUS, 2021. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

No âmbito da gestão pública municipal, Belém possui um Plano Municipal de Saúde, atualizado em 2022, que delimita as bases das ações municipais para a saúde. O município também é adepto de diversas políticas estaduais e nacionais, porém, com as lentes voltadas

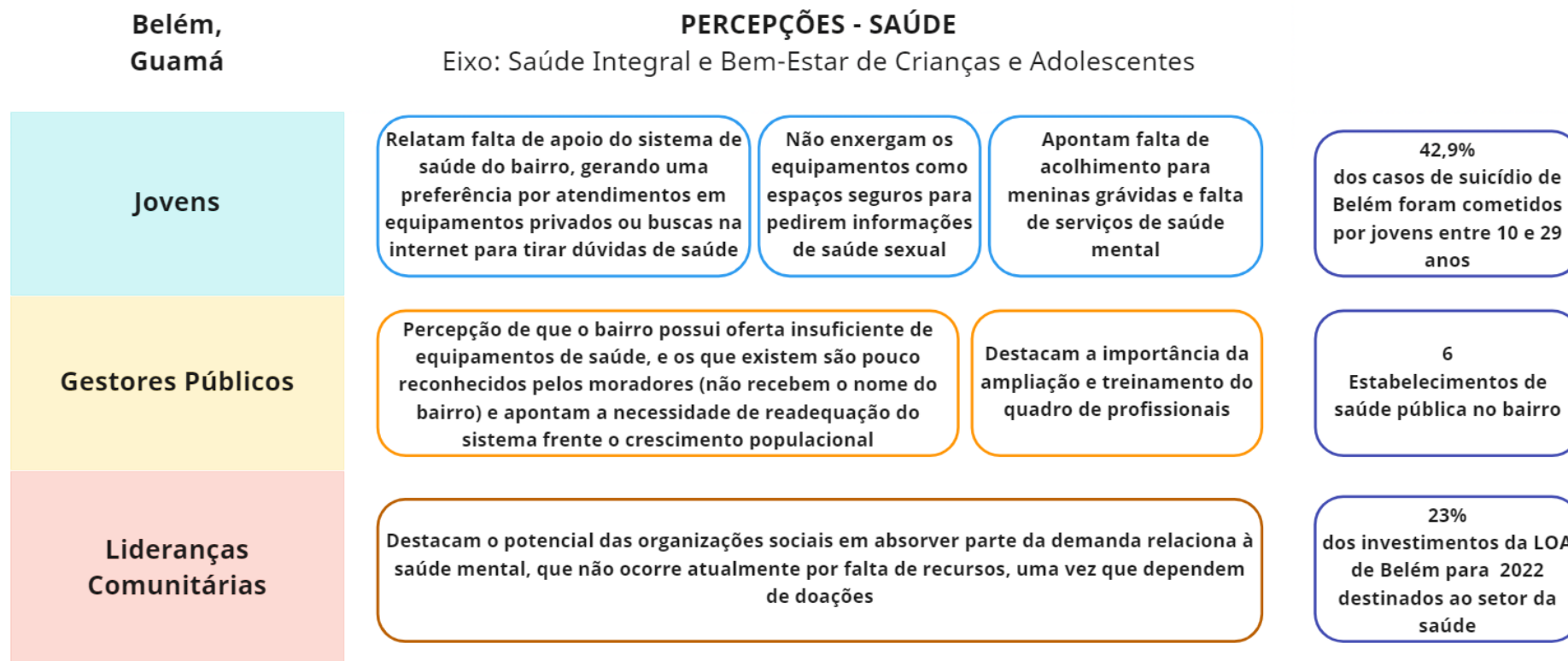
para a gestão municipal e o benefício dos jovens em idade prioritária para a Agenda Cidade UNICEF, existem cinco projetos atuais executados pela SESMA (Secretaria Municipal de Saúde de Belém), também em parceria com outros órgãos, como a COPSAN (Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional).

Tabela 2: Projetos e Programas Municipais de Saúde

Nome	Público-alvo	Descrição	Órgãos Responsáveis
Referência Técnica em Saúde da Criança e Adolescente (dentro do NUPS – Núcleo de Assistência em Promoção a Saúde)	Políticas para crianças e adolescentes	Planeja e coordena políticas de saúde pública para crianças e adolescentes, com objetivo de melhorar assistência à saúde e bem estar infanto-juvenil Parceria no Programa PSE e Governo do Estado.	SESMA (Secretaria Municipal de Saúde)
Programa Saúde na Escola (PSE)	Alunos de escolas municipais	Ações rotineiras de promoção à saúde. Prevenção da obesidade, triagens, avaliações, educação alimentar	SESMA COPSAN (Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional) SESPA (Secretaria de Saúde Estadual)
Cestar Nutrir Juntos	Populações de grupos vulnerabilizados	Leva cestas básicas semanais para mães-solo, idosos, indígenas e mulheres trans da capital.	COPSAN
Criação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional		Assegurar e montar uma política municipal adequada de alimentação e combate à fome. Desenvolver planos e programas voltados à segurança alimentar da população mais vulnerabilizada	COPSAN
Casa Mental da Criança e do Adolescente	Crianças e Adolescentes	Serviço multiprofissional para crianças e adolescentes que possuem transtorno mental. São profissionais de várias áreas, utilizando tecnologia, artes e cultura. A proposta desse serviço é substituir a antiga lógica do atendimento manicomial dos pacientes com transtorno mental, trabalhando de forma lúdica e mantendo sempre a relação do paciente com a família	SESMA

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Imagem 2: Quadro Síntese das Percepções sobre Saúde



Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

2.3 Assistência social

Ao considerar as vulnerabilidades identificadas no território nos setores da educação e saúde, o papel das instâncias de assistência social se torna fundamental para a promoção de melhorias na qualidade de vida da população. A área da Assistência Social foi destacada na Lei Orçamentária Anual de Belém de 2022, com 1,8% do orçamento municipal. No entanto, existe no Guamá, assim como na área educacional e de saúde, a percepção de que esses recursos não chegam ao território, uma vez que foram relatados problemas como a sobrecarga dos estabelecimentos e o uso político dos equipamentos.

Dentre as principais problemáticas derivadas da vulnerabilidade de renda, **identificou-se a presença significativa do trabalho infantil no território do Guamá, em especial considerando crianças com acesso ao tráfico de drogas. A insegurança alimentar** também apareceu nas falas dos atores sociais entrevistados com uma ameaça a qualidade de vida no território, ocupando lugar preponderante na **justificativa de algumas famílias no que diz respeito à normalização do trabalho infantil, principalmente para complementar a renda familiar.**

“A característica daqui são assim, são os locais, as avenidas e os becos, os becos são as vielas, então assim, se a escola é muito localizada dentro desses becos, é a gente já tem uma situação de vulnerabilidade aí. Entendeu? Porque você vai até acesso a crianças que os pais já não têm todo o cuidado, você vai ter várias situações aí de abandono, entendeu? De fome, tem um acesso às drogas, tá entendendo? Até para vender as drogas dentro da escola é acessível. Mas isso vai depender da localização da escola” (Gestora Pública de Belém)

O acesso ao mercado ilegal de drogas como perspectiva de geração de renda rápida e com valores significativos, foi apontado como um atrativo para crianças e jovens que estão expostos a essa realidade, principalmente **no Guamá, em que o tráfico foi citado fortemente presente.** Os entrevistados compreendem que há a necessidade da implementação de uma política de geração de trabalho e renda, que trouxesse oportunidades de vida para os adolescentes e jovens:

“O estado precisa fazer uma política de geração de emprego. Porque se eu tenho um filho e não tenho um emprego, eu já não consigo dar qualidade de vida para ele já daqui.(...) Aí depois, investimento na educação é primordial, porque não tem” (Liderança Comunitária de Belém)

“Eu vou fazer um atendimento com uma família aqui, aí eu vou indicar lá pro CRAS, mas ele não vai conseguir atendimento lá no CRAS. Então são políticas públicas que faltam dentro do bairro” (Liderança Comunitária de Belém)

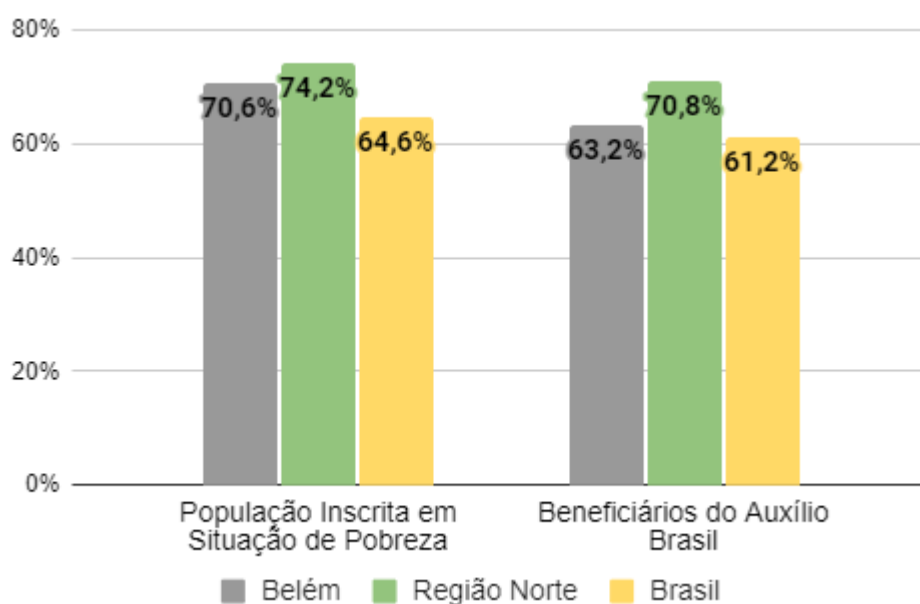
Na percepção do público entrevistado no Guamá, grande parte da população é de baixa renda. Em escala municipal, essa população pode ser identificada a partir dos dados do Cadastro Único Federal (CadÚnico), que agrega famílias e indivíduos com o intuito de

facilitar o acesso a programas sociais. **No município de Belém, 45,3% da população está inscrita no CadÚnico** (CECAD, 2022).

“A gente sabe que ninguém que mora numa periferia vive uma condição financeira estável, a maioria da população que mora naquele local vive uma instabilidade financeira, uma insegurança alimentar e quando chegam os períodos, o pleito, o período dos pleitos eleitorais, os deputados vão lá, mandam os seus cabos eleitorais. Oferecem uma cesta básica, 100 reais para quem está passando necessidade. Naquela hora é um alívio” (Jovem Entrevistado em Belém)

Dentre a população inscrita no Cadastro Único, destaca-se como ponto de atenção indivíduos considerados em situação de pobreza e pobreza extrema⁶, ou seja, com rendas insuficientes para suprir as necessidades básicas de um indivíduo. No Brasil, 64,6% dos inscritos no CadÚnico se enquadram nessa situação, assim com 74,2% dos inscritos da região Norte. **No município de Belém, 70,6% dos cadastrados se encontram em situação de pobreza, uma proporção significativa e maior que a média nacional**, sugerindo que a vulnerabilidade de renda está muito presente no território (CECAD, 2022).

Gráfico 11: População em situação de pobreza e beneficiária do Auxílio Brasil



Fonte: CECAD, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Ao considerar a população cadastrada, também é essencial pontuar os beneficiários do programa Auxílio Brasil, destinado às famílias abaixo da linha da pobreza. Em **Belém esse grupo representa 63,2% dos cadastrados** (CECAD, 2022).

A vulnerabilidade de renda da população do bairro do Guamá, juntamente da ausência de investimentos e infraestrutura, é catalisadora de outras vulnerabilidades sociais, como apontam os relatos dos setores de educação e saúde, por exemplo. As dinâmicas territoriais do bairro foram forjadas neste contexto, criando um cenário caracterizado por expressões

⁶ A condição de pobreza é considerada para indivíduos com renda per capita mensal de menos de R\$499, enquanto a extrema pobreza é considerada abaixo de R\$178 mensais (Banco Mundial, 2022)

de violência, estruturas familiares, afetiva ou materialmente vulnerabilizadas, trabalho infantil e presença do tráfico de drogas. Neste sentido, com o intuito de mitigar essas vulnerabilidades, a atuação dos equipamentos de assistência social é fundamental.

A rede de proteção e assistência, assim como as questões levantadas sobre os serviços de saúde, são percebidas pelos jovens e por parte das lideranças comunitárias entrevistadas como ineficientes. Essa ineficiência é explicada em parte pelo *déficit* relacionado à demanda e número de profissionais disponíveis e também a um fenômeno que já foi citado no que se refere aos serviços de saúde, um movimento de politização desses espaços.

“Os partidos políticos, eles investem em algumas pessoas porque aquilo ali é um trampolim para você chegar a candidatura para vereador, né? na próxima eleição. Então, é, sabe, é uma disputa de poder, não é um compromisso que você tem com aquela, com aquela classe de pessoas que estão ali, vulneráveis, precisando de socorro, entende?” (Liderança Comunitária de Belém)

"A rede existe, ela só é ineficiente (...) A gente conhece os caminhos, mas é ineficiente" (Liderança Comunitária de Belém)

As lideranças comunitárias entrevistadas relataram que quando tomam conhecimento dos casos de violência contra crianças, ainda que os considerem insuficientes, **recorrem ao CRAS e Conselho Tutelar no intuito de fortalecer a rede.** No entanto, há percepção de que, para ocorrer um acompanhamento e desenvolvimento satisfatório do caso, é necessário um esforço individual do servidor.

"A gente recebe esses casos, principalmente contra a criança, aí a gente tenta encaminhar, vai procurar o CRAS ou, se for o caso, de procurar o Conselho Tutelar. Hoje bem mais, porque a gente tem um rapaz lá que está trabalhando com a gente, que ele faz parte do CRAS, então ele está tentando, né? Começar mesmo, fomentar essa rede de proteção e tudo mais, mas não é uma coisa que a gente consiga ter o acompanhamento, por exemplo" (Liderança Comunitária de Belém)

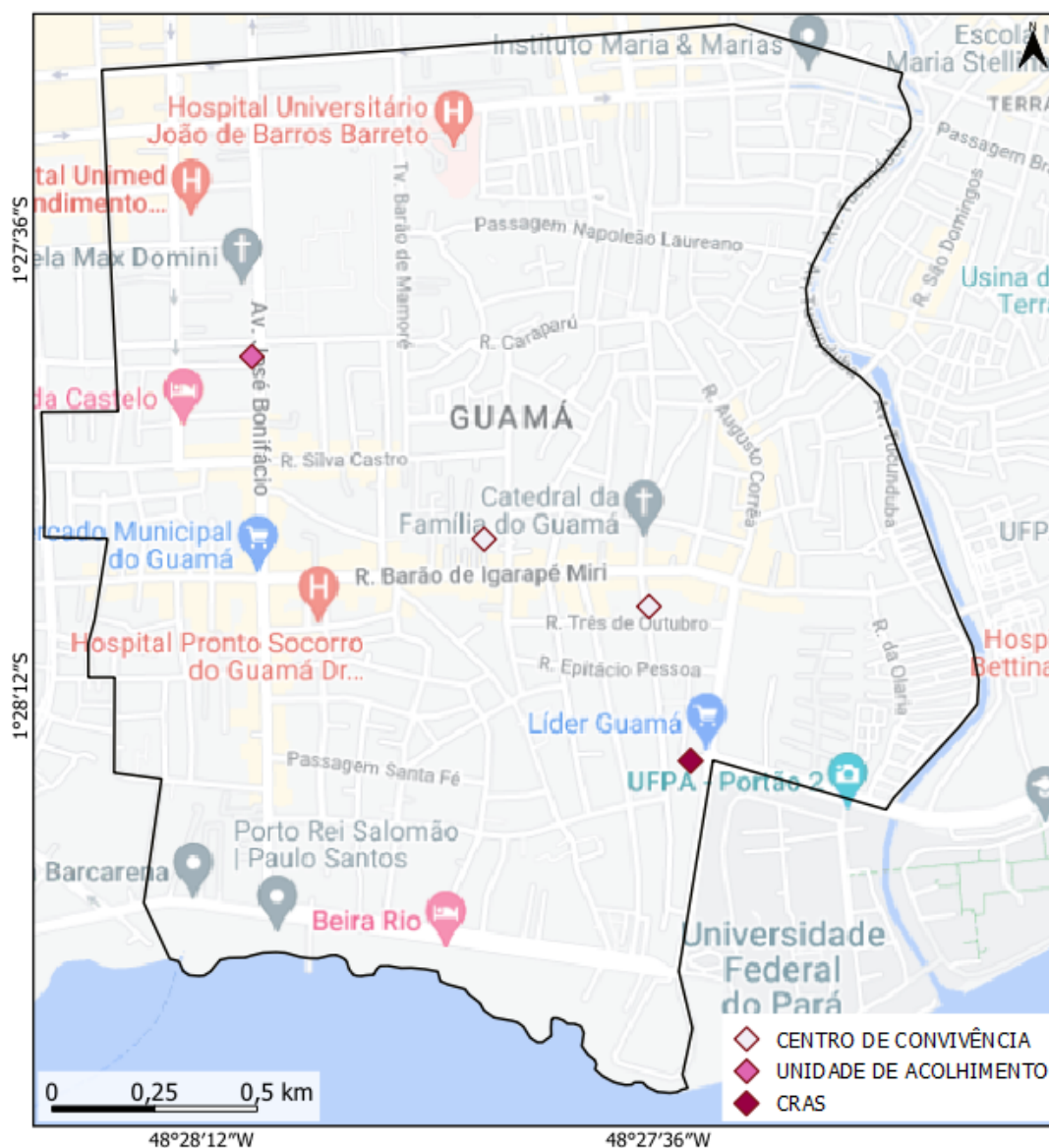
Na percepção dos adolescentes e jovens, o Conselho Tutelar tem uma atuação significativa no território, mas ainda assim com pouca familiaridade, uma vez que afirmaram nunca ter acionado esse equipamento, fosse para si ou para auxiliar alguém. Os relatos evidenciam que os jovens buscam orientações em situações de violência no âmbito familiar, destacando a figura da materna como a principal referência:

"Normalmente, quando eu vejo alguma coisa, eu chego, na verdade, com a minha mãe, peço ajuda dela para que ela, por ela ser mais velha, assim ela sabe mais ou menos o rumo melhor para tomar uma decisão" (Jovem Entrevistada em Belém)

Segundo o site do governo federal, **existem apenas quatro estabelecimentos de proteção e assistência social no bairro do Guamá, sendo dois Centros de Convivência, uma Unidade de Acolhimento e uma unidade do CRAS** que também atua em outros territórios, exemplificando a sobrecarga destes equipamentos. **Não existem Conselhos Tutelares**

localizados no bairro, que depende dos serviços do Conselho Tutelar localizado no bairro vizinho, Cremação, que fica a 2,4 km de distância.

Mapa 6: Estabelecimentos de proteção e assistência social no bairro do Guamá



Fonte: Governo Federal, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Frente a essa realidade de baixa cobertura dos serviços públicos, excesso de casos de violência e alta vulnerabilidade social, a presença de organizações e programas sociais é fundamental para auxiliar os jovens da comunidade a terem melhores perspectivas de vida, inclusive no setor de acolhimento de casos de violência e assistência social.

A CDS (Coordenadoria de Diversidade Sexual), a COMBEL (Coordenadoria da Mulher de Belém), a COPSAN (Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional), a FUNPAPA (Fundação Papa João XXII), a SEJEL (Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer) e a SecDH (Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos), juntamente às secretarias de educação e saúde, promovem atualmente oito projetos e programas que

podem auxiliar no fortalecimento dos mecanismos de proteção às crianças e adolescentes na esfera municipal.

Tabela 3: Projetos e Programas Municipais de Assistência Social

Nome	Público-alvo	Descrição	Órgãos Responsáveis
Núcleo de Atendimento a Migrantes e Refugiados (Nimir)	Migrantes e Refugiados	Apoio em questões como emissão de documentos, cadastros em programas sociais, auxílio para encontrar moradia, entre outros serviços. Ações nas áreas da educação e da saúde. Inserção de jovens na universidade e crianças e adolescentes migrantes em escolas municipais. Preservando a sua língua originária, mas ensinando a língua portuguesa.	Funpapa e prefeitura
Criação da Comissão Intersetorial Municipal das Ações Estratégicas para a Erradicação do Trabalho Infantil			Funpapa e prefeitura
"Combel nos bairros"	Mulheres	Busca dignidade e assistência para as mulheres residentes nos bairros de Belém. Ao longo de 2021, a ação se concretizou em mais de dez bairros e em todos os distritos, para repasse de informações sobre saúde e cidadania.	Coordenadoria da Mulher
Atendimento às Vítimas de Preconceito por Orientação Sexual ou de Gênero	Vítimas de Preconceito por Orientação Sexual ou de Gênero	Promove acesso aos direitos e à inclusão social, cultural e econômica de pessoas LGBT (lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgênero), prioritariamente aos que encontram-se em situação de vulnerabilidade	CDS
Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente	crianças e adolescentes em cumprimento de medida de proteção	Serviço de acolhimento em caráter excepcional e transitório de crianças e adolescentes em cumprimento de medida de proteção (acolhimento, higiene, alimentação, inserção na rede intersetorial, na vida comunitária, em atividades socioeducativas e de fortalecimento e resgate dos vínculos familiares de origem ou substitutos).	Funpapa e prefeitura
S.O.S Manas	Mulheres vítimas de violência	Facilitar o acesso das mulheres vítimas de violências de gênero, especialmente violência doméstica e familiar aos atendimentos de assistência	Coordenadoria da Mulher
Bora Belém	Famílias com renda per capita mensal inferior ou igual a R\$ 89, consideradas de extrema pobreza; Famílias monoparentais feminina; Famílias monoparentais; Famílias que tenham composição familiar	O programa de renda cidadã Bora Belém foi criado para garantir um auxílio de até R\$ 450,00 às famílias em situação de vulnerabilidade social, e que tiveram as condições financeiras agravadas pela pandemia de Covid-19. O Banco do Estado do Pará (Banpará) será a instituição financeira responsável pela	Prefeitura e governo do estado

	de 0 a 18 anos; Famílias com gestantes ou mães em fase de amamentação.	operacionalização do pagamento do benefício.	
Curso de Aperfeiçoamento para Conselheiros e Conselheiras Tutelares	Servidores do Conselho Tutelar	Estabelecer uma política de acolhimento antimanicomial mais humanitário à população que precisa do atendimento municipal	SecDH UFPA

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Imagem 3: Quadro Síntese das Percepções sobre Assistência social



Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

3. Cultura e dinâmicas sociais do território

Ao ocupar e viver em uma localidade, a população promove a construção de um território. Os serviços disponíveis, a relação dos habitantes e seu contexto dentro da cidade influenciam na formação do modo de vida dessa população que, no que lhe concerne, impacta diretamente na construção de dinâmicas e estruturas que constituem o território propriamente dito. Sendo assim, as dinâmicas socioterritoriais são fruto, tanto da influência do espaço físico na população que ali vive, quanto dos processos e funcionamento da sociedade (SANTOS, 1994). Dessa forma, compreender o território a partir de suas dinâmicas sociais, caracterizadas pelos diferentes aspectos presentes no cotidiano dos jovens, auxilia na leitura sobre quais elementos colaboram para o fortalecimento da rede de proteção voltada a esse público.

Além das ausências analisadas com relação aos serviços de educação, saúde e assistência social no território prioritário, é possível afirmar também que, no que tange ao acesso a equipamentos de esporte, cultura e lazer, o bairro do Guamá é um território pouco equipado. O município de Belém possui 1.331 estabelecimentos cadastrados no Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) como Unidades Locais com atividades no meio cultural, incluindo atividades nos seguintes setores: patrimônio natural e cultural, apresentações artísticas e celebrações, artes visuais e artesanato, livro e imprensa, mídias audiovisuais e interativas, design e serviços criativos, esportes e recreação e Educação e Capacitação (SIIC, 2019). Destes, apenas sete equipamentos estão localizados no território do Guamá, distribuídos conforme o Mapa 7 a seguir.

No que se refere a essa problemática da falta de investimento em cultura e lazer, os gestores públicos locais informaram que foi lançado um novo equipamento que atenderá o bairro Guamá. Produto do Governo do Pará e da Coordenação da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac), e em parceria com a iniciativa privada, a Usina da Paz é um projeto integrado ao Programa Estadual Territórios Pela Paz, cujo objetivo é ter em funcionamento dez Usinas na Região Metropolitana de Belém, e no sudeste do Estado.

“A usina da paz é do governo do estado, onde ele vai ofertar várias ações (...), são muitas atividades, né? Na área de esporte, lazer, leitura, (...) cursos (...) é uma ocupação super importante para os nossos jovens que a gente tem agora com Usina da Paz” (Gestora Pública de Belém)

Mapa 7: Estabelecimentos de cultura e lazer públicos no bairro do Guamá



Fonte: SIIC, 2019. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Apesar desse esforço recente do poder público, a percepção geral entre jovens e lideranças comunitárias é de que os investimentos em novos equipamentos públicos de cultura e lazer, ainda obedecem uma lógica que relaciona à origem histórica e estigmatizada do

bairro. Neste sentido, os jovens lamentam que os equipamentos de cultura são mantidos e fomentados pelo Estado em bairros mais elitizados e centrais.

"Hoje nós temos os espaços de cultura na cidade de Belém, nós temos aonde? No centro da cidade (...). Não satisfeito, o governador fez dentro do centro da cidade um grande parque para quem usar? O povo dos condomínios verticais que tem ali (...) tem teatro no Guamá? Não se tem teatro. Tem cinema no Guamá? Não se tem cinema. E os projetos sociais que tem dentro dessas periferias, eles não recebem nenhum tipo de auxílio do governo e quando recebem é coisa mínima que não dá para manter" (Jovem Entrevistado em Belém)

Presente no mapa e nas falas de todos os atores sociais ouvidos, **o Espaço Cultural Nossa Biblioteca figura como um espaço referência de segurança com seu lugar consolidado no território, uma vez que é amplamente conhecido pela população.** Ocupa lugar central na história do bairro e na formação de novos leitores há mais de 45 anos.

"É a biblioteca comunitária do país Guamá, a biblioteca (comunitária) mais antiga do Brasil e a minha história (com ela), é que a biblioteca é muito antiga, eu entrei nela com 5 anos e o (irmão) com 4 e depois veio as meninas. Então a gente tem toda uma história lá dentro e lá eu me sinto segura porque é um lugar que eu sou acolhida, que eu tenho novos conhecimentos. E eu sempre falo que a biblioteca é a minha segunda casa" (Jovem Entrevistada em Belém)

Ao longo dos relatos, foi possível constatar que **dos poucos espaços públicos existentes, parte deles são evitados pela população por não serem considerados seguros**, como é o exemplo das praças públicas (como a Benedito Monteiro), pontos em que há concentração de usuário de drogas ilícitas e incidência de roubos e furtos:

"A praça (Benedito Monteiro) é (insegura) porque tem muita gente que é 'errada' (...) tem gente fumando esse negócio (maconha). Aí você não vai puxar o celular porque pode ser roubada, entende?" (Jovem Entrevistada em Belém)

"Pelo que eu percebi da reforma da praça, acho que melhorou, deu uma melhorada. É porque eu também não fui mais. Até policiamento tem. E roubo agora, praticamente já não acontece mais, só o pessoal mesmo de fora (vem para roubar)" (Jovem Entrevistado em Belém)

A Quadra do Caraparu foi citada pelos jovens e adolescentes também como um local inseguro, em especial pela presença constante de jovens com conexões com o tráfico de drogas ilícitas na região. Diante desse cenário, e para mitigar qualquer possibilidade de "confusão", os jovens optam por não ir jogar bola no local com frequência. Os equipamentos localizados no mapa como o Espaço Esportivo e Cultural Mestre 70, Arena Planeta e a Arena Farinhão não foram citados por nenhum dos entrevistados.

Também foram destacados na conversa os **papéis de organizações religiosas que atuam para além da oferta de desenvolvimento da espiritualidade e espaço de conexão com o sagrado, mas também como um lugar de referência e práticas sócio-culturais.**

“É muito interessante também que nas periferias onde o estado não chega, as igrejas chegam ou o crime chega.(...) A igreja é via de escape cultural nas periferias” (Jovem Entrevistado em Belém)

No entanto, a percepção das lideranças comunitárias entrevistadas é de que essa atuação de organizações religiosas em ações de promoção de cultura e lazer não é acessível a todos, no sentido de haver uma “seletividade do público”, em que as posições político-ideológicas dessas organizações excluem determinados perfis do público mais amplo de jovens.

“É muito fácil a gente, se a gente for contar no Lar Fabiano, que tem essa pegada religiosa, com a igreja, automaticamente as pessoas LGBTQIA+ não se enquadram, né? (...) assim que a gente percebe que não tem esse cuidado, porque não é o fato só de tu receber, de tu acolher. É diferente tu receber do que tu acolher, né? Não é porque tu abriu outra porta, a pessoa tá lá, e se sente pertencendo. Então, se não tem uma temática que vai interessar, que tu vai te sentir pertencente, aquele espaço acaba que às vezes, não é que o espaço te tira, é tu mesmo que sai. Tu não te enxerga naquele momento? Então essas instituições, não criticando, né? Mas explicando como é (...) elas deixam muito distinto o que eles querem, né? Qual é o público que vai se sentir bem lá?” (Liderança Comunitária de Belém)

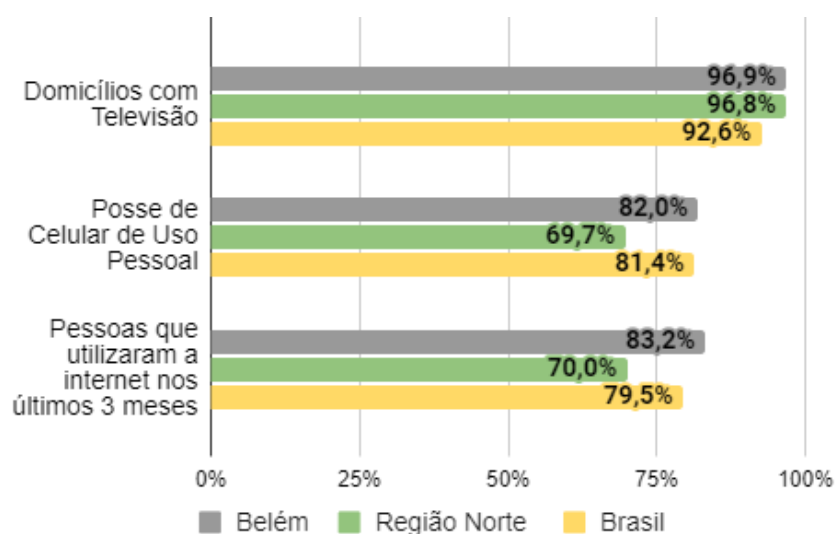
O gasto familiar com cultura e lazer pode sugerir diversas situações, como os preços destes serviços, a disponibilidade e prioridade das famílias em pagar por eles e até mesmo a falta de equipamentos coletivos gratuitos. No Brasil, uma família gasta em média R\$291,18 por mês com cultura, essa média é significativamente menor na região Norte (R\$186,87) e no estado do Pará (R\$178,44) (SIIC, 2020).

O *status* de capital do município de Belém e sua posição como polo regional faz com que seja possível que os gastos familiares com cultura sejam mais elevados do que as médias estadual e regional. No contexto do bairro do Guamá, infere-se que os gastos podem obedecer à estimativa ou serem maiores ainda, uma vez que reconhecendo que o território não possui oferta adequada de equipamentos culturais, esses jovens se deslocam rumo aos equipamentos de cultura e lazer listados por eles e que se encontram fora do território.

Para além do acesso aos equipamentos de cultura e lazer, atualmente também é fundamental conhecer o acesso pessoal a serviços de informação e comunicação. De forma geral, **uma maior proporção da população de Belém tem acesso à televisão, celulares pessoais e internet do que as médias da região Norte e do Brasil**, sendo que **a parcela de domicílios com televisão chega a 96,9% no município** (SIIC, 2020).

As médias de acesso municipais são mais parecidas às médias brasileiras do que as regionais, o que faz sentido pela característica de capital do estado que Belém possui. Essa diferença é vista especialmente no que diz respeito à posse de celular de uso pessoal, identificada entre 81,4% da população brasileira, 82% da população de Belém e apenas em 69,7% da população da região Norte (Gráfico 12).

Gráfico 12: Acesso aos serviços/equipamentos



Fonte: SIIC, 2019. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

A existência de poucas opções de entretenimento no bairro, contribui para os jovens buscarem outras opções de lazer fora do território quando podem, ou sintam diretamente o impacto da falta de acesso à cultura nas proximidades, uma vez que apontaram as vias públicas como lugares em que se sentem mais expostos às situações de insegurança.

A presença de milícias e facções criminosas, cuja atividade principal é o tráfico de drogas, foi apontada por todos os públicos ouvidos como um elemento que potencializa os riscos à segurança dos jovens. As disputas territoriais e o conjunto de normas de sociabilidade imposta pelos grupos em cada território, o chamado ‘proceder’, geram mais tensão em quem transita e mesmo um ambíguo sentimento de ‘segurança’ em determinadas áreas do bairro.

“Querendo ou não, tem parte lá que a criminalidade dominou, então tem parte que é proibido roubar, que é proibido fazer algumas coisas, entendeu? Aí por esse lado, (...) a gente se sente mais segura” (Jovem Entrevistada em Belém)

Os acertos de conta são a maneira pelas quais esses grupos exercem domínio, baseado no medo da punição e invariavelmente da morte de quem não ‘proceder’ conforme as normas impostas, ou mesmo para aquele que quiser desistir e não mais participar das atividades ilícitas. Os jovens e lideranças comunitárias relataram inclusive **casos de jovens decapitados e cujo uso da mídia desses fatos incorre no reforço da imagem do Guamá e adjacências como bairros perigosos** e com alta incidência de criminalidade. **Os homicídios são as principais causas de morte no território** e a narrativa do envolvimento de parte dos sujeitos residentes em Guamá com a milícia ou outras facções sempre é evocada pela mídia e mesmo localmente, numa busca por silenciar questionamentos.

“Esses adolescentes estão mais sujeitos do que qualquer um de nós, mas não muito tempo também, é o que faz 2 meses. A gente tem outro caso de um jovem que passou por lá e foi decapitado” (Liderança comunitária de Belém)

Apesar da queda no número de homicídios em Belém, **20,9% dos homens e 13,8% das mulheres maiores de 18 anos já sofreram algum tipo de violência**, sendo que a taxa de violência contra os homens é maior no município do que na média nacional (17%), enquanto a taxa de violência contra as mulheres é menor em comparação a taxa nacional (19,4%). Tendência similar ocorre ao abordar as questões de violência psicológica, 22,8% dos homens e 20,9% das mulheres de Belém já sofreram esse tipo de violência, enquanto no Brasil essa proporção é de 16% para os homens e 18,6% para as mulheres (IBGE, 2019).

Esses dados podem indicar que, de forma geral, a violência contra homens em Belém é mais significativa do que a média nacional, o que pode estar relacionado com dinâmicas de tráfico de drogas, facções criminais e/ou letalidade policial. Acerca da violência contra mulheres, destaca-se a variação significativa entre as proporções de mulheres que sofreram violência e as que sofreram violência psicológica, esta última, sendo um ponto de atenção importante, uma vez que é maior que a média brasileira.

No território do Guamá, todos os relatos de homicídio de jovens estavam ligados ao tráfico, vitimando principalmente os jovens do sexo masculino, enquanto a violência psicológica, doméstica e sexual foi relatada na realidade de crianças e adolescentes de ambos os sexos.

Ao considerar essa constatação, cabe destacar que o **município de Belém apresenta taxa de homicídio de jovens entre 15 a 29 anos significativamente maior (87,25) do que a média nacional (45,76)**. Percebe-se, portanto, uma maior presença da violência na vida dos jovens que vivem em capitais e grandes centros urbanos, evidenciando a necessidade de estudos aprofundados para subsidiar políticas públicas e ações que atuem nas origens da problemática.

Gráfico 13: Taxas de homicídio de jovens (15 a 29 anos)



Fonte: IPEA, 2019. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Motivo de revolta e medo, a violência policial, caracterizada principalmente pelas abordagens abusivas, ocupa lugar de atenção no território. A dinâmica não é recente e,

embora haja revolta nos relatos, há um misto de normalização pela frequência com que elas ocorrem.

“Logo que começou a melhorar a pandemia, eu comecei a sair. Eu estava com um barrigão(...) Eu fui para nova Rasta Jam. Isso é um novo pistão, então eu fui aproveitar. [Os policiais] como estavam agredindo quem tivesse pela frente, eles decidiram jogar spray de pimenta na minha cara e aí me empurraram, quase bateu na minha barriga (...) Eu fiquei na casa de uma amiga (...) Aí os policiais queriam entrar para dentro da casa porque pensava que tinha bandido(...) acha que porque está usando uma farda, quer dar uma de autoridade maior. Como falava minha bisa, eles querem ser nossos pais” (Jovem Entrevistado de Belém)

Os jovens compreendem que as abordagens policiais evidenciam componentes do racismo, uma vez que a população negra é frequentemente violentada nos territórios, sendo estas abordagens o instrumento da polícia, por meio da violência física, para exercer o monopólio do uso da força. Como expressão máxima dessa situação, as lideranças entrevistadas lembraram do caso da chacina envolvendo jovens do território do Guamá⁷:

“Uma vez eu vi (o menino) sendo abordado e (ele) é negro, sabe assim. E estes não, tu não podes ficar olhando lá porque tu não podes filmar, não pode (...) É ridículo. Então assim, isso já cria um ranço, pô, menino de 14 anos está passando lá porque está com uma sandália no pé e tal. E é preto, tem cara de ladrão? Porque tem cara, não é? É o estereótipo que é já desenhado aí (...) Eu não vou me revoltar? Claro que eu vou me revoltar com isso, então eu acho que já começa por aí” (Liderança Comunitária de Belém)

A exploração sexual de adolescentes foi apontada pelas gestoras públicas como uma preocupação existente no território, uma vez que são conhecidos relatos de meninas que são ‘convidadas’ a comparecer na região da Marina, na Av. Bernardo Sayão, em eventos e festas. A dinâmica estabelecida é que **essas meninas, em busca de renda, se colocam disponíveis para serem ‘escolhidas’ pelos donos de lanchas que atracam na marina** e as levam para um ‘passeio’.

“A nossa casa é próxima da Marina (...) e a gente vê muitas meninas descendo ou indo nessas lanchas, nesses iates dos grandes empresários. E depois voltando, né? (...) E lá tem festa de segunda a segunda (...) eu ouvi um relato, certa vez, de colega que mora também aqui, que mora próximo de uma Marina que (...) tem um movimento intrigante. De as meninas muito bonitas, elas se arrumarem. Ir para esses locais da Marina para aguardarem o convite dos donos das lanchas e iates então é, olhou, gostou, chamou. E elas vão e como, né? E assim, meninas muito, muito bonitas, nem sempre são meninas em situação de vulnerabilidade, às vezes são meninas que tem recursos financeiros e que se colocam lá nessa situação” (Gestora Pública de Belém)

Quando provocados a elencar quais são as figuras afetivas a quem recorrer numa situação de perigo ou insegurança, membros familiares como mãe, pai, tio, tia, avô, avó, liderança

⁷<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/07/06/acusados-de-envolvimento-na-chacina-do-guama-sao-julgos-nesta-segunda-feira-em-belem.ghtml>

comunitária, liderança espiritual, primos, professores, colegas de classe e nominalmente a assistente social do Lar Fabiano de Cristo, foram as figuras destacadas.

A figura das mães como principais referências de segurança foi evidenciada em unanimidade pelos participantes, que reconhecem que as mães são compreensivas e que possuem habilidade de resolver as mais variadas situações de conflitos. Os **outros atores foram relativizados conforme a situação, a exemplo do pai, que para as meninas serve como uma figura a quem mobilizam quando há a necessidade de repreender e/ou inibir episódios de assédio de maneira que se sintam seguras**. Nesse sentido, é possível afirmar que **o machismo⁸ estrutural se manifesta nestes contextos**, em que a figura masculina é mobilizada provavelmente porque é a única voz que os outros homens consideram. Assim, se reproduz um imaginário da figura masculina como representação de segurança e solução em casos envolvendo as violências provocadas por outros homens:

“Tipo, normalmente (eu não falo). Mas como alguém mexeu comigo na rua, aí eu falo com meu pai e meu pai é maior assim (impõe medo)” (Jovem Entrevistada em Belém)

Na relação contrária, os atores sociais e figuras afetivas para quem o jovem não fala sobre situações de violência, são novamente citados o pai, as avós e tias, nomeados pelos jovens de ‘conservadores’. Já **os professores aparecem como figuras que em certos episódios agiram de maneira a questionar a veracidade do relato compartilhado, por vezes minimizando o impacto da situação no jovem que a procurou**.

“Eu disse que eu confio no meu pai para pedir ajuda para ele, mas também eu não confio nele, nessa questão que você disse sobre ele diminuir alguma coisa do que eu estou sentindo. Isso aí eu não contaria com ele nessa parte, porque ele faz isso” (Jovem Entrevistada em Belém)

Com as lentes voltadas para Belém, os dados evidenciam preocupantes indicadores acerca de mortes violentas, assim como nos casos relatados no Guamá. No ano de 2016, a cidade ocupou o 1º lugar como a capital mais violenta do Brasil, com uma taxa média de 76,1 homicídios a cada 100 mil habitantes (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018). Já no ano de 2021, os dados evidenciaram uma queda expressiva, registrando **taxa média de 22,3 homicídios a cada 100 mil habitantes**, fazendo a cidade cair para a 16ª posição (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

O homicídio de jovens, por exemplo, pode estar relacionado a dinâmicas sociais específicas. Em âmbito nacional, dados evidenciam que **a violência armada urbana/ violência letal é um crime cometido majoritariamente contra o adolescente negro: na faixa etária entre 15 e 19 anos, mais de 90% das vítimas são meninos e 80% são negros** (UNICEF, 2021).

⁸ Compreendemos que ao tratar de ‘machismo estrutural’ estamos tratando de um conjunto de ideias, práticas e costumes, construídos social e culturalmente a fim de promover uma ordem e justificar papéis sociais pautados em gênero em uma sociedade de estrutura patriarcal. As diversas formas de assédio com base em gênero são práticas que manifestam e reforçam a existência desse conjunto de ideias. Ver. Drumont, 1980.

Considerando a marcada presença da **população indígena** na composição de habitantes nas regiões norte do país, é importante destacar que, segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2021), os **índices de violência** desse público **sofreram um aumento de 21,6% em 10 anos**, embora não tenha sido possível mensurar a representatividade desse dado no território aqui analisado.

Já a violência sexual é um crime que ocorre dentro dos lares, por autor conhecido da vítima. O estudo aponta que, “De 2017 a 2020, **entre as vítimas de estupro e estupro de vulnerável de 0 a 19 anos, 81% tinham até 14 anos** (145 mil casos). Em média, isso significa 36 mil estupros de meninas e meninos de até 14 anos por ano – cerca de cem por dia” (UNICEF, 2021, p. 50). O município de Belém também teve, em 2021, **498 casos notificados de violência sexual contra crianças, adolescentes e jovens entre 10 e 29 anos** (DATASUS, 2021)

Aliados na composição e fortalecimento de redes de proteção e combate à violência contra os jovens, **a presença de projetos sociais no território foi apontada pelos entrevistados como essencial, não somente pela oferta de atividades educativas e culturais que contribuem para seu desenvolvimento pessoal e projeção de futuro, como também atuação no cuidado e acolhimento em diversos casos de violência.**

No entanto, percebe-se que existe um déficit de redes e organizações sociais e comunitárias no Guamá, que possui apenas oito delas cadastradas no site do IPEA (2022), sendo cinco OSCs, dois Projetos Sociais e um Movimento Popular, distribuídas conforme o Mapa 8 a seguir.

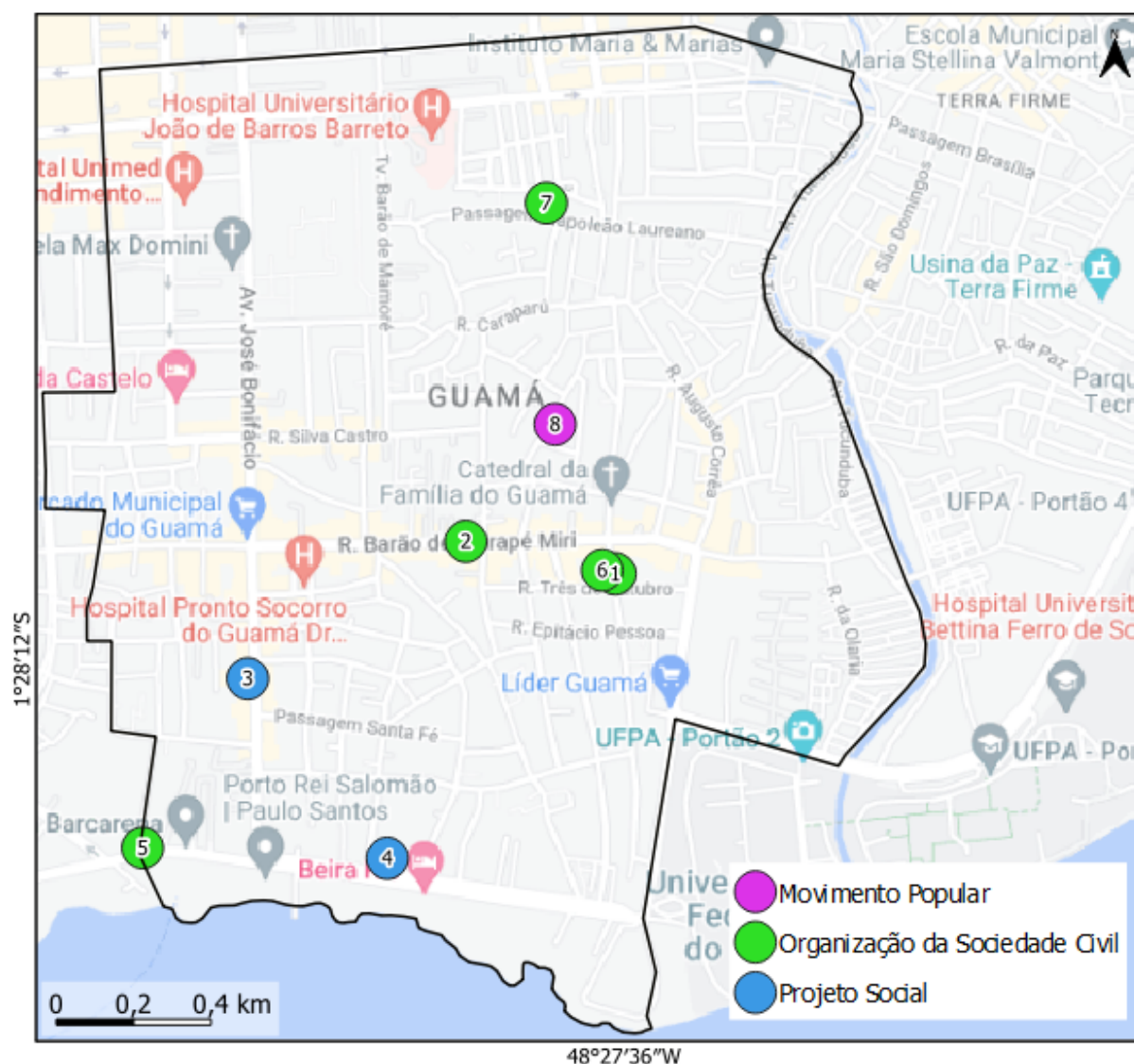
O Espaço Cultural Nossa Biblioteca e o Lar Fabiano de Cristo, em especial, foram mencionados como referência para os jovens em diversos temas, sendo um dos principais locais identificados como seguros, que proporcionam um suporte efetivo à população de jovens do bairro. O Lar Fabiano de Cristo destaca-se na oferta de serviço de assistência social, promoção de diálogos sobre saúde sexual e articulação com a UBS. O projeto é descrito como um ambiente que abre portas para os participantes nos mais diversos campos de sua vida social, sendo adjetivado como *‘acolhedor’* e *‘harmônico’*.

O Instituto Altair Brandão foi reconhecido pelos gestores públicos entrevistados como um espaço importante e seguro para os jovens, com enfoque na importância de sua atuação durante a pandemia. Trata-se de uma organização que oferece cursos profissionalizantes para jovens e adultos, que para além do repertório profissional ocupou o lugar de alternativa à privação de trânsito aos espaços de cultura e lazer.

“Oferta muitos cursos profissionalizantes e eu vi que ele foi muito importante antes da pandemia, porque além de ele ofertar cursos profissionalizantes, principalmente para os jovens e para os adultos também, nessa questão da qualificação profissional ele proporcionou, além de qualidade de, de currículo, né

profissional e tudo mais. Ele ocupou muitos jovens ociosos que nós temos no nosso bairro” (Gestora Pública de Belém)

Mapa 8: Redes e organizações sociais e comunitárias no bairro do Guamá



id	Nome
1	Espaço Cultural Nossa Biblioteca (ECNB)
2	Lar Fabiano de Cristo - Casa de José
3	Instituto Altair Brandão
4	Usina da Paz
5	Associação dos Moradores do Bairro do Guamá
6	Associação de Pais e Educadores Moarana
7	Centro Catequético de Promoção Humana Santa Izabel da Hungria
8	Movimento de Promoção à Mulher (MOPROM)

Fonte: IPEA, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

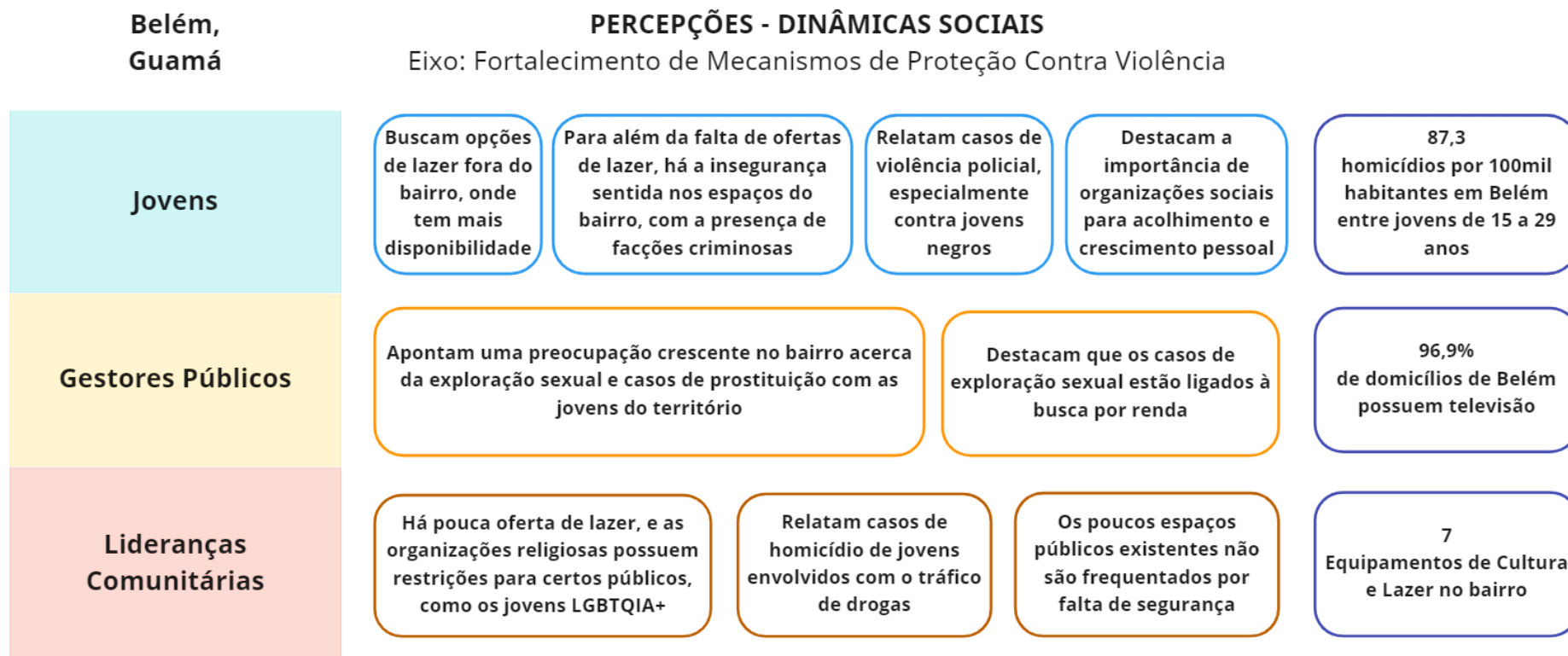
A Usina da Paz, citado no começo desta seção, por se tratar de um equipamento com recente funcionamento, não pôde ter sua contribuição para qualidade de vida dos jovens do

território avaliada por esse público, mas permanece como aposta entre os gestores públicos entrevistados como um futuro espaço de segurança para os jovens.

Organizações como a Associação de Moradores do Bairro do Guamá, Associação de Pais e Educadoras Moarana e Movimento de Promoção à Mulher (MOPRON), foram citadas pelo grupo de gestoras, como espaços que compõem a rede de proteção e diálogo no bairro. O fato dessas organizações não serem citadas pelos outros atores entrevistados possibilita inferir que sejam desconhecidas por eles.

Situado no mapa do território com uma organização que poderia compor a rede de segurança no bairro, o Centro Catequético de Promoção Humana Santa Izabel da Hungria não foi citado por nenhum dos atores entrevistados, sendo possível inferir que sua atuação é desconhecida pelas pessoas ouvidas. **A partir do mapeamento das organizações e serviços citados nas entrevistas, é possível notar a necessidade de fortalecer a rede de assistência social e dar maior visibilidade às diversas ações desenvolvidas pelas organizações elencadas.**

Imagem 4: Quadro Síntese das Percepções sobre Dinâmicas Sociais



Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

4. Acesso à cidade

Os dados coletados evidenciam que a vida dos habitantes do bairro do Guamá é fortemente impactada pela segregação social, notadamente pela falta de acesso a serviços básicos, oportunidades de emprego e pela baixa oferta de transporte público. Além disso, os relatos revelam os preconceitos e estigmatização sofridos pela população residente neste bairro, situações que dificultam o acesso às vagas de empregos, por exemplo. Neste sentido, foi possível compreender que o acesso à cidade não é uma realidade para essa população e que estão frequentemente expostos aos fenômenos de exclusão social e de perpetuação dos ciclos de pobreza.

Os principais desafios do acesso à cidade por parte da juventude residente no Guamá, somado aos impactos da segregação socioespacial na vida desses sujeitos, especialmente na inclusão socioproductiva, evidenciam a necessidade das cidades repensarem a mobilidade dos sujeitos de territórios vulnerabilizados e as redes de capital social existentes, visando o fortalecimento e a inclusão dos mesmos.

4.1 Inclusão Socioproductiva

Um dos principais aspectos apontados pelos atores locais do bairro Guamá, com potencial para mitigação da vulnerabilidade financeira no território, é a criação de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, geração e diversificação de renda. Em Belém, 19% da população total estava ocupada em 2020 (IBGE, 2022), enquanto no Guamá, identifica-se o impacto das faltas de oportunidades na família e na trajetória dos jovens:

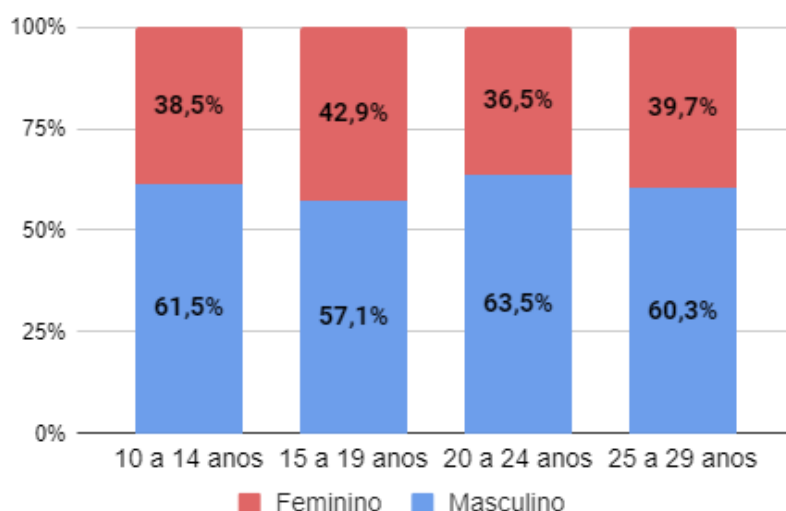
“Não tem emprego, o que tu tem de emprego no bairro, de oferecer pra ganhar dinheiro? Não sei se alguém disse: o tráfico, né? (...) Então eu acho que precisa, precisa passar pela geração de emprego (...).” (Liderança Comunitária de Belém)

Em relação ao trabalho formal, há a identificação de uma dificuldade significativa de inclusão dos jovens no mercado de trabalho no Guamá. Afora uma política robusta de promoção de geração de renda e emprego, que impactaria os jovens também por meio de melhores oportunidades para seus pais, foram identificadas situações de agravamento da falta de acesso à mais oportunidades de trabalho em função da localização que moram.

A realidade municipal se mostra significativamente diferente do contexto visto no bairro; **os jovens de 14 a 29 anos⁹ que trabalham atualmente representam cerca de 19% do mercado de trabalho formal de Belém.** Ao realizar uma desagregação por sexo dos jovens ocupados, percebe-se que existe uma **predominância do sexo masculino (61,2%)** contra apenas 38,8% do sexo feminino. A faixa etária com maior discrepância entre a distribuição do sexo dos ocupados é a de 20 a 24 anos, com 63,5% de homens e 36,5% de mulheres.

⁹ Os dados da RAIS se referem ao trabalho formal, no qual a idade mínima permitida por lei é de 14 anos

Gráfico 14: Adolescentes e jovens ocupados em Belém, por faixa etária e sexo

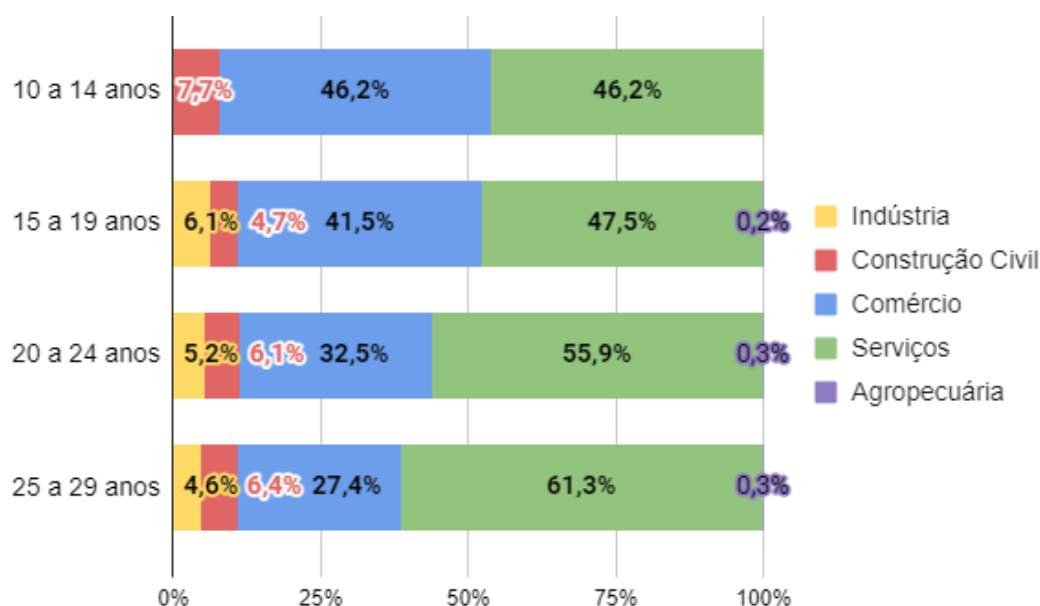


Fonte: RAIS, 2020. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

A maioria dos jovens empregados de ambos os sexos (59%) possui entre 25 e 29 anos, o que é esperado, considerando que idealmente já completaram o ciclo básico e a educação superior. A faixa etária de 20 a 24 anos corresponde a 35,1% dos jovens empregados, e nela encontra-se a maioria dos jovens que estudam no ensino superior ou técnico e trabalham simultaneamente. Já na faixa entre 15 e 19 anos (5,9%), considera-se a possibilidade de parte deles já ter finalizado o ciclo básico de ensino, especialmente os acima de 17 anos, enquanto o restante pode exercer trabalhos de meio período, como em vagas de jovem aprendiz, de forma concomitante aos estudos, ou mesmo ter abandonado os estudos em decorrência da necessidade de trabalho, entrando para as taxas de evasão escolar. O mesmo ocorre para os jovens de 14 anos (0,01%), os quais espera-se que estejam trabalhando de forma concomitante aos estudos, mas não é possível excluir a possibilidade de abandono escolar.

Considerando os jovens ocupados em trabalhos formais e sua distribuição nos setores de atividade da economia, é perceptível que **a maioria possui empregos no setor de serviços, seguido de comércio**, construção civil, indústria e agropecuária, tendência seguida por todas as faixas etárias. Entre os jovens de 15 a 19 anos há mais jovens trabalhando no setor da indústria (6,1%) do que na construção civil (4,7%), indo contra a tendência identificada para as outras faixas. Destaca-se também a baixa quantidade de jovens trabalhando no setor agropecuário em todas as faixas etárias, e a inexistência de jovens de 14 anos trabalhando nos setores da indústria e da agropecuária (RAIS, 2020).

Gráfico 15: Adolescentes e jovens ocupados por setor de atividade em Belém, por faixa etária



Fonte: RAIS, 2020. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Acerca da média salarial destes jovens ocupados, é notável que todos os jovens de 14 anos e a maioria dos jovens de 15 a 19 anos recebem até um salário mínimo; já entre os jovens de 20 a 24 anos predomina o rendimento mensal entre 0,5 e dois salários mínimos; e entre os jovens de 25 a 29 anos rendimentos entre um e três salários mínimos. É perceptível um claro aumento de renda conforme o avanço da idade, o que é esperado ao se considerar os cargos que esses jovens podem ocupar, tempo de experiência e formação educacional (RAIS, 2020).

As falas de todos os grupos de participantes enfatizaram a importância e potencial de projetos de capacitação e apoio educacional no território para expandir as oportunidades dos jovens do bairro de Guamá. Nesse sentido, as OSCs são evidenciadas como potenciais parceiras:

“O Gueto é de 2019, ainda não existia o Gueto. (...) era só um sebo que vendia livros usados e eu comprava ali, Aí depois de um bom tempo comprando livros lá eu me tornei amigo do vendedor. Ele é o fundador do Gueto. Aí quando ele me contou que teve a ideia de criar uma biblioteca, aí eu falei que eu queria ajudar também. (...) eu comecei lá como voluntário e agora estou trabalhando” (Jovem Entrevistada em Belém)

A relevância do papel desenvolvido pelas organizações sociais que possuem projetos de capacitação e apoio educacional no território, foi enfatizada pelos entrevistados, com especial **destaque para a experiência dos participantes com a atuação do Espaço Cultural Nossa Biblioteca e o Gueto Hub**, cujo destaque se deu por se apresentarem como espaços que **geram oportunidades ao absorver talentos locais** que iniciaram suas trajetórias profissionais como voluntários nesses espaços e hoje são profissionais contratados. O Lar Fabiano de Cristo, Instituto Altair Brandão e a Usina da Paz (em vias de inauguração),

ocupam lugar estratégico no desenvolvimento das habilidades e conexões necessárias aos jovens em busca de inserção no mercado de trabalho.

Atualmente a prefeitura de Belém possui três projetos, especialmente executados pela SECON (Secretaria de Economia de Belém), voltados para o empreendedorismo e a qualificação profissional que podem beneficiar os jovens do município.

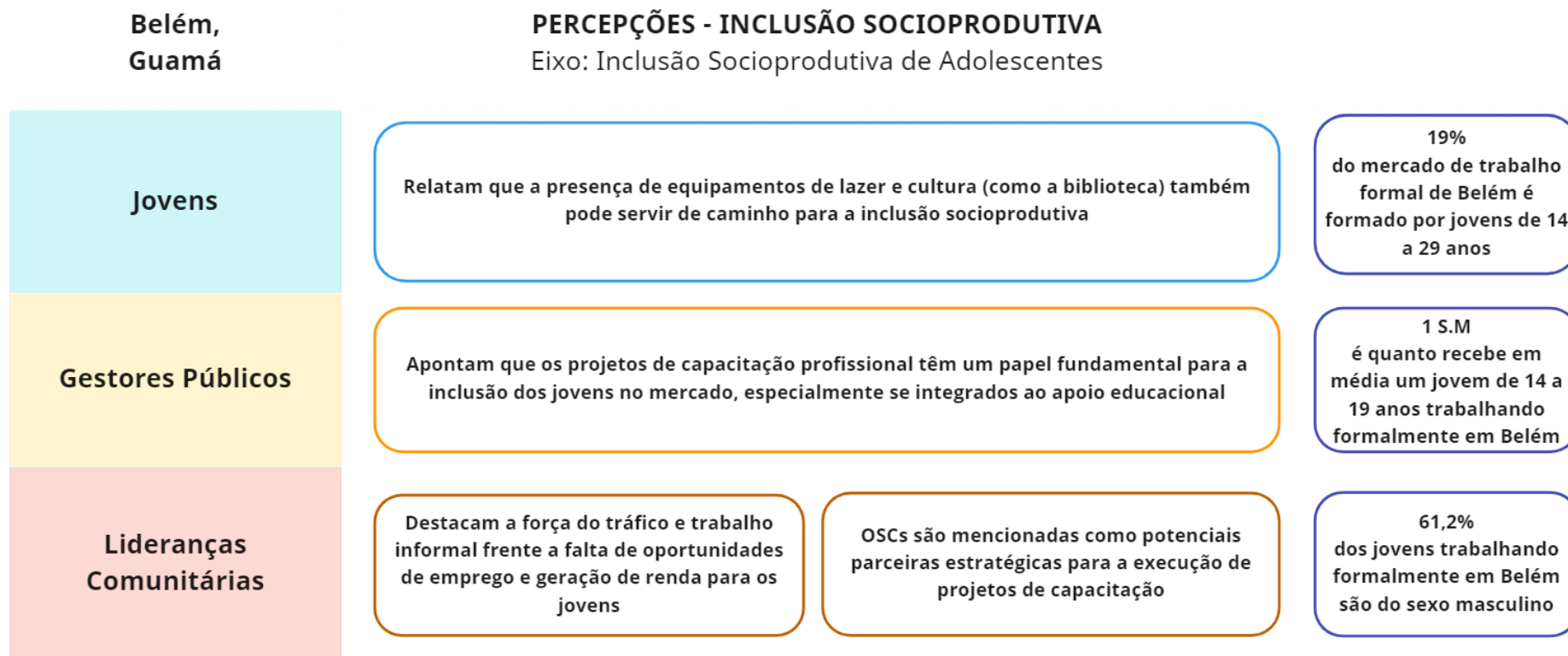
Tabela 4: Projetos e Programas Municipais de Inclusão Socioprodutiva

Nome	Público-alvo	Descrição	Órgãos Responsáveis
Programa Pró-Equidade de Gênero	Mulheres e meninas buscando inserção no mercado de trabalho Gestores	Desenvolvimento de concepções e procedimentos na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho.	Coordenadoria da Mulher
Apoio à Produção	Pessoas que tem interesse em empreender nas áreas ofertadas	Planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação das atividades relacionadas ao fomento e apoio das ações produtivas dos setores primário, secundário e terciário do Município de Belém. Qualificação profissional voltada para o empreendedorismo e inclusão social.	SECON (Secretaria Municipal de Economia)
Microcréditos para recém formados	Recém formados com interesse em empreendedorismo e participantes dos cursos de qualificação	As linhas de crédito são oferecidas por meio do Fundo Ver-o-Sol, que disponibiliza para pessoa jurídica o empréstimo de até 10 mil e para pessoa física de até 5 mil. Solicitação do microcrédito está condicionada a participação nos cursos de qualificação realizados pelo Fundo, que orientam os microempreendedores a usar da melhor forma os créditos para expansão do negócio. O mesmo será exigido para o recém-formado, que poderá participar, em fevereiro, dos cursos de Empreendedorismo e de Gestão Ambiental.	SECON Banco do Povo de Belém

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

As ações voltadas à promoção de oportunidades de geração de emprego e renda para jovens são pouco conhecidas pelos grupos ouvidos. Neste sentido, é possível inferir que é necessária uma articulação e diálogo mais próximo do poder público com as organizações sociais localizadas no território a fim de um maior aproveitamento desses esforços e direcionamento dos jovens talentos. É de se esperar que a geração de maiores oportunidades de trabalho, produza impacto não somente no aspecto econômico e financeiro do território, mas também em suas dinâmicas de mobilidade, uma vez que esse aspecto também precisará ser planejado, a fim de oferecer segurança e eficiência para seus usuários deslocarem-se aos seus postos de trabalho.

Imagem 5: Quadro Síntese das Percepções sobre Inclusão Socioprodutiva



Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

4.2 Mobilidade

Na discussão do acesso à cidade, a garantia da mobilidade e circulação dos habitantes entre os territórios, seja para fins de trabalho, estudo, lazer ou acesso a serviços e comércios, é de fundamental importância. Isto porque, a integração urbana incide diretamente nos aspectos relativos à segregação socioespacial dos territórios periféricos, pois permite que esta população esteja presente e vivencie toda a cidade. Ao se pensar o modo de vida dos jovens, a caminhada e o acesso ao modal ciclovitário, juntamente ao transporte coletivo, são os modais mais utilizados. **Em Belém, pouco mais de 31% da população está próxima à infraestrutura ciclovitária (MOBILIDADOS, 2021); já no Guamá, a cobertura de ciclovias é incipiente, sendo localizada apenas na Rua dos Mundurucus.**

Em relação às condições de mobilidade de um território, é necessário também abordar o tempo que as distâncias promovem no dia-a-dia da população. Em Belém, **3% da população gasta mais de uma hora no deslocamento diário para o trabalho**, números que tendem a se agravar com as tendências de motorização (IBGE, 2010).

Entre os jovens, é essencial observar os tempos de deslocamento até locais frequentados de forma independente de carros, como as escolas. Considerando **escolas que oferecem cursos de ensino médio** e o deslocamento pela malha ciclovitária, com bicicletas, estima-se que **em 17,6% do território essa viagem leva mais do que 90min**, enquanto no restante, a média de tempo desse deslocamento é de 26,3 min (IPEA, 2019).

Acerca do transporte coletivo, **estima-se que apenas 14% da população de Belém reside em local próximo às estações de transporte de média e alta capacidade**, sendo essa proporção de 13% entre mulheres negras e 13% em mulheres com renda inferior a 1 salário mínimo. A proximidade à infraestrutura de transporte coletivo, assim como sua manutenção, é essencial para o acesso da população aos seus direitos de mobilidade (IPEA, 2019).

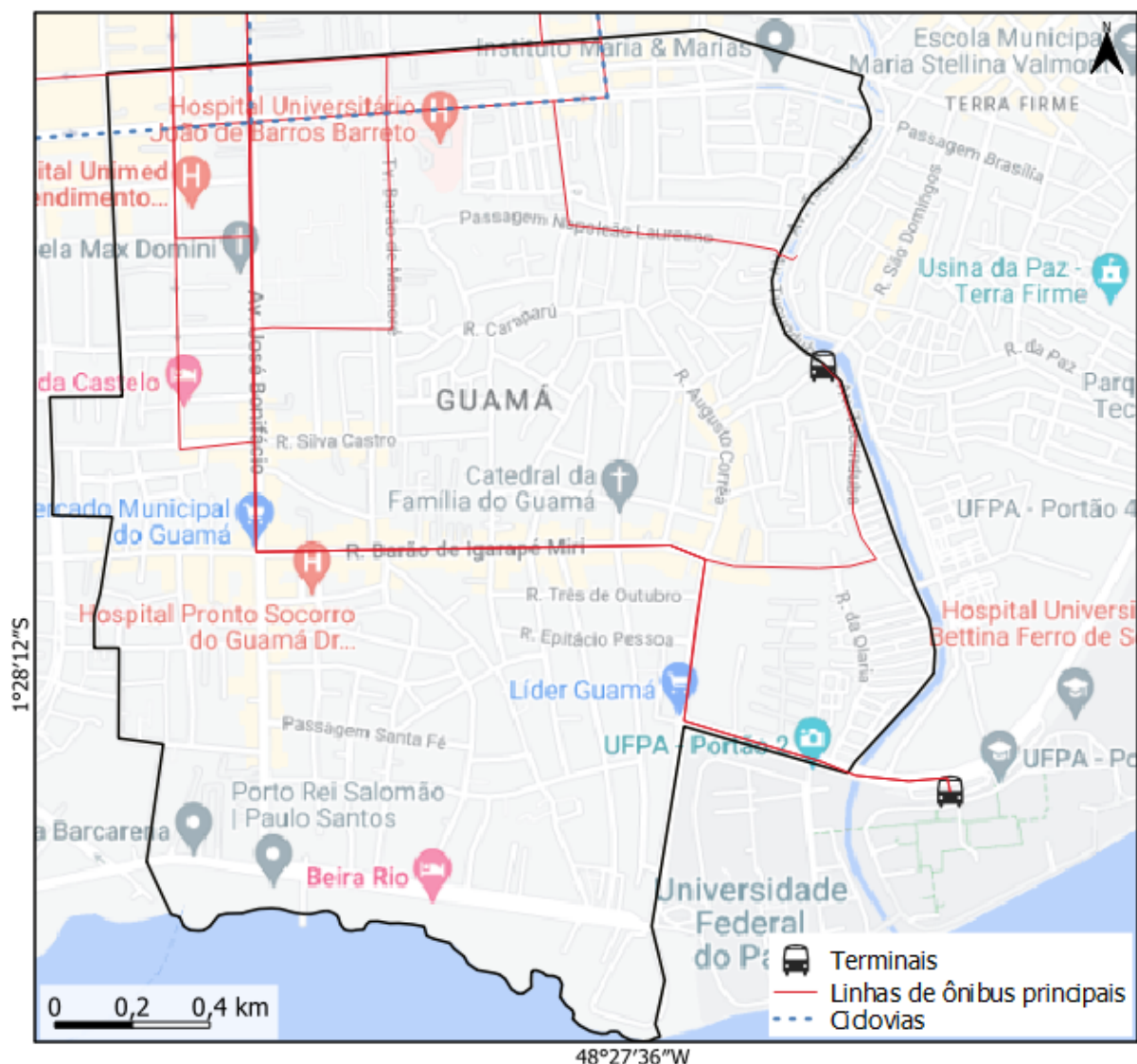
Em territórios periféricos e afastados, como o Guamá, é possível afirmar que a falta de uma malha viária de qualidade e a falta de integração do bairro com a cidade vem impactando diretamente o acesso às oportunidades para a população. Diante da oferta insuficiente de equipamentos de ensino médio superior, esse tempo de deslocamento se traduz, muitas vezes, na interrupção dos estudos. **Como relatado por uma Gestora Pública do território, a necessidade de deslocamento dos jovens até uma unidade de ensino médio fora do território agrava sua exposição às situações inseguras.**

“(...) principalmente ensino médio, que as escolas vão sendo uma distância maior, né?(...) Quando chega no ensino médio, de repente, o aluno do Guamá não estuda aqui do lado. Ele acaba tendo que se deslocar, entendeu?(...) desse deslocamento, agora, pensando a distância, é a presença da violência” (Gestora Pública de Belém)

Há a identificação de que o sistema de transporte público de Belém não é adequado, de forma geral, especialmente no que diz respeito à manutenção dos ônibus e baixa frequência. No Guamá, o sistema de transporte público é limitado a 5 linhas de ônibus das 113

existentes no município¹⁰: 311 Guamá - Conselheiro; 312 Guamá - Montepio; 314 Guamá - Ver o Peso; 316 Guamá - Presidente Vargas e 317 Guamá - Pátio Belém que operam de forma insuficiente e sob risco de agravo dessa situação frente à decisão da redução ou exclusão de linhas pelas empresas prestadoras desses serviços. Um exemplo desta situação foi a linha 312 Guamá - Montepio que em 2022 sofreu uma redução na oferta sem qualquer comunicado à população e sem nenhum registro de alteração do serviço junto à Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (Semob)¹¹.

Mapa 9: Linhas de ônibus que cobrem o bairro do Guamá



Fonte: Moovit, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

A insuficiência da oferta de transporte público no Guamá tem seus impactos aprofundados quando combinada com a violência presente no território, impedindo a livre circulação dos

¹⁰<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/03/25/belem-retira-das-ruas-41percent-dos-onibus-em-quase-20-anos-nesse-periodo-a-populacao-cresceu-86percent.ghtml>

¹¹<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/03/24/linhas-de-onibus-desaparecidas-em-belem-veja-o-que-diz-em-a-semob-e-o-setransbel.ghtml>

jovens. Essa problemática foi apontada pelos jovens como um fator significativo para dificuldade no acesso à educação e trabalho, uma vez que ficam sujeitos à falta de segurança pública em seu trajeto até os estabelecimentos de ensino ou postos de trabalho.

“É assalto, é briga(...) os ônibus aqui não são tão fáceis de pegar. (...) a gente fica muito tempo na parada, acaba sendo perigoso para a gente ficar muito tempo parada de ônibus. Normalmente as paradas são escuras, aí mais perigoso ainda, porque geralmente parada de ônibus é um ponto bem estratégico para quem quer fazer algum assalto” (Jovem Entrevistado de Belém)

A falta de segurança nas ruas está presente na vida cotidiana dos moradores do Guamá, sendo um dos principais apontamentos dos jovens entrevistados. Participantes de todos os grupos focais **apontaram os trajetos entre os locais do bairro como inseguros, mesmo que os locais em si sejam pontos de segurança** e referência na comunidade. Dessa forma, a livre circulação no bairro fica comprometida, e os trajetos do dia-a-dia são marcados por sensações de insegurança ao ter que caminhar pelas ruas. Ao refletirem sobre os locais seguros e inseguros do bairro, a primeira reação dos entrevistados foi comumente baseada em apontar que **o território não é seguro, de maneira geral.**

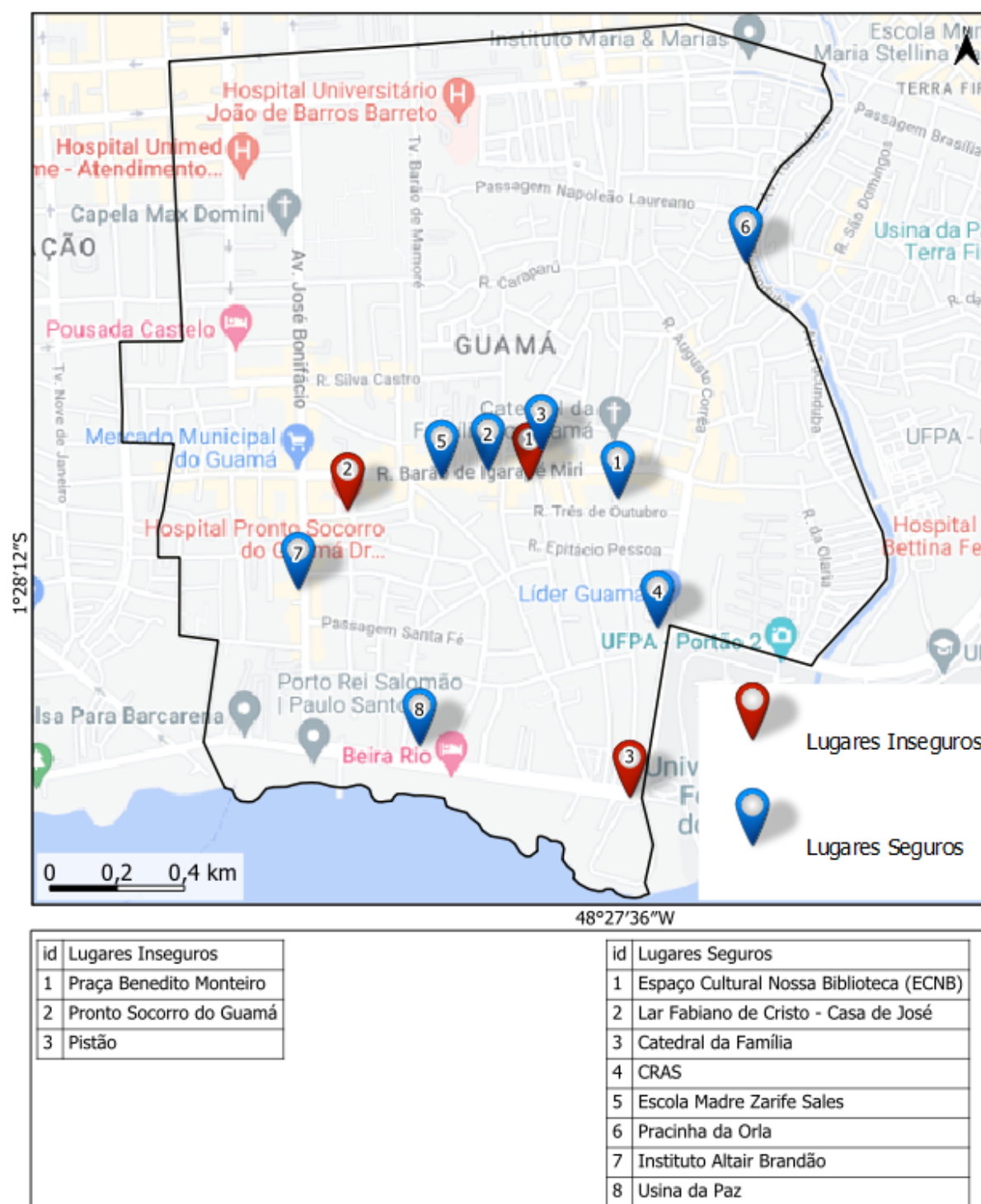
“Você andando pela cidade, você fica já transtornado, pensando ‘será que vou ser assaltada, será que eu vou chegar bem em casa? Será que hoje eu vou ver minha família?’ Então será que a gente tem segurança?” (Jovem Entrevistada em Belém)

“Eu saio da escola, dependendo do horário, ou eu vou direto pro Lar Fabiano, ou eu passo em casa. Mas de qualquer forma, no horário que eu vou é muito deserto da bexiga. (...) E, até pessoalmente, o fato de ser mulher. Eu me sinto muito incomodada em passar por ruas muito vazias” (Jovem Entrevista em Belém)

Como já foi dito anteriormente, os **espaços considerados inseguros** pelos atores locais **incluem o Pistão e a Praça Benedito Monteiro**, que mesmo sendo inseguros, são frequentados pelos jovens para lazer, e alguns equipamentos públicos como **o Pronto Socorro do Guamá. O principal motivo de insegurança destes lugares foi o seu entorno, em que ocorrem episódios de assédio, violência policial, brigas, furtos e roubo**, indicando novamente que a falta de segurança sentida pelos atores nas ruas do bairro é um entrave significativo para a sua qualidade de vida.

Entre os **espaços considerados seguros**, há uma unanimidade entre os entrevistados em apontar os **locais onde são realizados os projetos sociais como referência, em especial o Espaço Cultural Nossa Biblioteca e Lar Fabiano de Cristo**, mas também foram apontados o Instituto Altair Brandão e locais de referência em assistência social, como o CRAS. **O maior motivo** relatado pelos entrevistados **para a sensação de segurança passada nestes espaços é a atenção dada pelas pessoas que lá frequentam e trabalham**, pois se mostram prestativas e preocupadas com a comunidade, estando dispostas a ajudar em situações de perigo que possam ocorrer na rua.

Mapa 10: Espaços seguros e inseguros apontados pelos jovens entrevistados no Guamá



Fonte: relatos de campo, 2022. Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2022.

Cabe salientar que a **opinião dos jovens acerca do sentimento de segurança é, em grande parte, baseada no fato de se sentirem seguros com *pessoas específicas* na comunidade, não espaços.**

“Quando veio a palavra ‘sentir-se segura’, veio muito a palavra mãe. Eu acho que como a gente tem muito o afeto, a gente tem aquele lugar que, quando a gente

precisar, a gente pode correr pra nossa mãe, vai tá lá” (Jovem entrevistada em Belém)

“O sentimento de segurança, o que me vem, primeiramente, é a minha família, né? Eles são o meu ponto de segurança” (Jovem entrevistado em Belém)

É importante destacar que as escolas foram apontadas pelos gestores públicos e lideranças comunitárias como espaços seguros, mas essa opinião não é compartilhada pelos jovens, que mencionaram escolas como seguras apenas quando eles têm referências de pessoas em quem eles já confiam e que trabalham nesses espaços ou quando possuem câmeras, como foi destacado em relação à Escola Madre Zarife Sales. Entre os três grupos entrevistados, há um entendimento de que as escolas têm o potencial de melhorar a comunidade, mas precisam de maior investimento e recursos.

Ouvindo os relatos dos jovens, gestores e lideranças do Guamá, **compreende-se que o território sofre com uma sensação de insegurança generalizada, que dificulta a livre circulação da população.** Além disso, a insuficiência e baixa qualidade do sistema de transporte coletivo contribui para limitar o acesso à cidade e a seus equipamentos públicos de educação, saúde, assistência social, cultura e lazer, implicando na queda da qualidade de vida das populações mais vulnerabilizadas e que mais necessitam de acesso a estes serviços.

Dessa forma, percebe-se que a simples oferta de serviços públicos de qualidade no território não garante seu usufruto pela população. O acesso a estes serviços depende tanto da garantia de segurança nas ruas e equipamentos públicos, quanto da existência de um sistema de transporte público que seja eficiente e tenha capilaridade para atender e conectar as populações mais afastadas.

5. Considerações Finais

No contexto das cidades brasileiras, especialmente as capitais, o fenômeno da segregação social revela as desigualdades sociais e estruturais dos territórios, sendo este um processo entrelaçado com a formação dos espaços urbanos (KOWARICK, 1979; VILLAÇA, 2001; MARQUES, 2014; BOGUS e PASTERNAK, 2015). Se, de um lado, nos deparamos com um intenso processo de industrialização e desenvolvimento econômico das cidades, de outro, vemos uma concentração desse crescimento e, conseqüentemente, um aprofundamento das desigualdades sociais.

Neste sentido, a formação dos bairros periféricos é a expressão dessa segregação socioespacial, onde parte da população, em geral de baixa renda e impossibilitada de acessar uma moradia nas áreas centrais da cidade, passa a residir em locais afastados, sem acesso à infraestrutura básica e expostos a uma série de vulnerabilidades. A literatura vem evidenciando que a dinâmica de reprodução das desigualdades está intimamente relacionada com a falta de acesso à moradia, bem como a falta de integração dessa população à cidade. A presente pesquisa buscou evidenciar, por meio de dados quantitativos e qualitativos, que territórios periféricos como o Guamá administram suas rotinas apesar da falta de infraestrutura urbana, como a escassez no transporte público e a falta de oportunidades de trabalho, moradia, acesso à educação, saúde, assistência social, cultura e lazer, entre outros direitos sociais, que estão garantidos constitucionalmente para toda a sociedade brasileira, como acesso à moradia e equipamentos públicos integrados e de qualidade.

Em um cenário de concentração de riquezas e distribuição das desigualdades, onde uma parcela significativa da população está efetivamente apartada das oportunidades de integração à vida social e urbana, a violência urbana se instaura. É com esta perspectiva que, ao longo do presente estudo, foram apresentados os indicadores epidemiológicos e criminais da cidade de Belém, a fim de lançar luz para os desafios da violência urbana, especialmente nos territórios prioritários da Agenda Cidade UNICEF. Por conseguinte, as relações de estigma e preconceito dos habitantes de Belém para com a população do Guamá também foram citadas, assim como indicadores relevantes epidemiológicos, especialmente correlacionando o local (e seus habitantes) com indicadores de criminalidade. Esses são aspectos que intensificam o cenário de segregação, dificultando, ou por vezes impossibilitando, a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

Em contraponto com essa lógica desigual de produção dos espaços urbanos, o direito à cidade traz como horizonte a ideia de que todas as pessoas têm o direito de usufruir e participar da construção de suas cidades, através do acesso a serviços públicos essenciais e com atenção de qualidade, incluindo o direito à habitação, transporte, saúde, educação, trabalho e lazer. Além disso, é importante considerar a participação da comunidade local nos processos de planejamento e desenvolvimento, o que inclui garantir que os moradores dos bairros periféricos tenham voz e participação ativa na definição de políticas e programas que

afetam suas vidas. O direito e acesso à cidade são temas centrais na Nova Agenda Urbana, estabelecida no contexto da Habitat III, a terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que ocorreu em 2016 em Quito, no Equador¹². O Brasil, enquanto signatário da ONU, tem o compromisso de adotar essa agenda para as suas cidades nos próximos anos.

Diante de uma realidade em que milhares de jovens são afetados pelo cotidiano de pobreza, exclusão e violências nos centros urbanos do Brasil, há a compreensão de que, para incidir neste problema, são necessárias ações estratégicas e articuladas entre os diversos setores da sociedade: governos, organizações da sociedade civil, empresas, envolvendo também as próprias comunidades e seus habitantes. Neste sentido, iniciativas como a Agenda Cidade UNICEF buscam somar esforços para garantir uma educação que proteja, uma inclusão produtiva e o fortalecimento de mecanismos de proteção contra a violência, garantindo assim saúde integral e bem-estar para as crianças e adolescentes.

¹² O relatório da Nova Agenda Urbana está disponível em:
<https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>

Imagem 6: Quadro de Considerações Finais

Área	Recomendações	Indicador de Impacto
Educação que Protege	Apoio a projetos de promoção de esporte e lazer no território. Promoção de Rodas de Conversas nas escolas do território sobre os temas: violência e direitos sexuais e reprodutivos. Fortalecimento da proposta pedagógica de Projeto de Vida voltada para alunos que não foram alcançados pela atividade em ambiente escolar;	3,2% Taxa de abandono do Ensino Fundamental na rede municipal, anual (2021) (Censo Escolar/INEP)
Mecanismos de Proteção de crianças e adolescentes contra as violências	Apoio e promoção de ações de cultura e lazer cujo enfoque seja a valorização das expressões culturais locais e nacionais. Fortalecimento de canais de denúncia e do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes Articulação e apoio para criação de Comitê Paraense de Prevenção a Homicídios na Adolescência junto às lideranças comunitárias e organizações atuantes com esse público como Lar Fabiano de Cristo e Espaço Cultural Nossa Biblioteca. (Ex. Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro)	22,3 Taxa de homicídios de crianças e adolescentes por 100 mil, anual (2019) (IPEA) 498 casos notificados de violência sexual contra crianças, adolescentes e jovens entre 10 e 29 anos (DATASUS, 2021)
Inclusão Socioprodutiva	Fortalecimento e apoio a projetos de qualificação profissional desenvolvidos localmente pelas organizações presentes no território; Ex: Lar Fabiano de Cristo	50,3% de cotas de aprendizagem preenchidas no município, anual (2021) (RAIS)
Saúde Mental de Adolescentes	Desenvolvimento de ações de atenção à Saúde Mental dos Jovens: atividades de diálogo com esse público em escolas e organizações sociais locais; Ações em parceria com grupos/profissionais da saúde mental que sejam voluntários da cidade de projetos de escuta clínica gratuita. Ex: Projeto Psicanálise na Praça Roosevelt (São Paulo)	10-14 anos: 17,1% 15-19 anos: 9,6% 20-29 anos: 16,7% Taxa de incidência de lesões autoprovocadas em crianças e adolescentes, por 100 mil, anual (2021) (Datasus/SINAN)
Primeira Infância	Ações de fortalecimento da Rede de Atenção Materno-Infantil no território, a exemplo da experiência em São Paulo da criação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeira Infância. Apoio e promoção de debates sobre combate a violência sexual infanto-juvenil nas escolas da rede pública e espaços comunitários;	13,6 Taxa de mortalidade infantil (<1 ano), por mil nascidos vivos, anual (2020) (Datasus/SIM)

Elaborado por: Tewá 225 para UNICEF, 2023

6. Referências Bibliográficas

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Escola de lideranças indígenas retoma atividades em Belém para promover autonomia das comunidades Warao**. Portal de Notícias. Maio de 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/05/09/escola-de-liderancas-indigenas-retoma-atividades-em-belem-para-promover-autonomia-das-comunidades-warao/>

ARAÚJO, Glauco Rivelino Ferreira. **Conceitos E Preconceitos Sobre O Bairro Do Guamá: Reconstruindo Significados E Percepções**. Projeto de Extensão da Faculdade Integrada Brasil Amazônia. Belém, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Pobreza e equidade no Brasil: Mirando o futuro após duas crises**. International Bank for Reconstruction and Development. Washington, EUA. 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37657/P1746910e33a8407d0b0850b8f0f5bcf18c.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

BÓGUS, L. M. M; PASTERNAK, S. (orgs.). **São Paulo: Transformações na Ordem Urbana**. 1ª edição. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

BRITO F.A.M.de; MOROSKOSKI M.; SHIBUKAWA B.M.C., OLIVEIRA, R.R. de; HIGARASHI, I.H.V. **Violência autoprovocada em adolescentes no Brasil, segundo os meios utilizados**. Cogitare Enfermagem, [S.l.], v. 26, aug. 2021. ISSN 2176-9133. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/76261>>

CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. **Painel de informações sobre as famílias cadastradas no CadÚnico**. Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel01.php>

CHAGAS, C. e SILVA, C. **A Cartografia Dos Homicídios: A Produção Do Espaço E Dinâmica Dos Territórios Na Região Metropolitana De Belém-Pa**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CRUZ SANTOS, V.; FERRAZ DOS ANJOS, K.; KARENY DA SILVA, J.; MOTA SANTANA, J. **Suicídio na adolescência segundo s raça-cor da pele no Brasil**. Revista Brasileira de Saúde Funcional, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 6, 2018. DOI: 10.25194/rebrasf.v6i3.1072. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/RBSF/article/view/1072>

DATASUS. **Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade: banco de dados - SUS**. 2017, 2020, 2021 e 2022. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>

DRUMONT, M.P. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 3, pp.81-85, 1980.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Consulta de Indicadores. FBSP/IPEA. Brasil, 2018 e 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Lei Orçamentária Anual de Belém**. Portal da Transparência. 2022. Disponível em: <http://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/planejamento-e-gestao-fiscal/lei-orcamentaria-anual-loa/>

GOVERNO FEDERAL. **Lista de Unidades de Atendimento de Assistência Social. 2022** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados subnormais no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=sobre>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pns>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua). Características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação**. 2015 e 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Pesquisas estatísticas e indicadores educacionais: 2021/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Pesquisas estatísticas e indicadores educacionais: 202/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicador De Nível Socioeconômico do Saeb 2019. Nota Técnica.** Inep/MEC. Brasília, 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil.** 2022. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa/1501402>

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. **Atlas da Violência no Brasil.** 2021 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, 2019.

IPEA. **Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras.** Rio de Janeiro, Brasil. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/acessooportunidades/publication/2019_td2535/#:~:text=Ainda%2C%20os%20resultados%20apontam%20que,do%20meio%20de%20transporte%20considera%20do

JÚNIOR, José Maria de Castro Abreu. **A História do Asilo do Tucunduba.** Jornal CRM-PA, edição Nº 78. Pará, 2009. Disponível em: <https://fauufpa.org/wp-content/uploads/2014/09/crm-j.pdf>

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARQUES, E. C. L. **A metrópole de São Paulo no início do século XXI.** Revista USP. São Paulo, n. 102, p. 23-32, 2014.

MOBILIDADOS. **Consulta de Indicadores.** Base de dados abertos. Rio de Janeiro, Brasil, 2021. Disponível em: <https://mobilidados.org.br/database>

MOOVIT. **Informações e estatísticas sobre o sistema de transportes e mobilidade urbana nas cidades do Brasil.** 2022. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/estatisticas/>

PMB - Prefeitura Municipal de Belém. **Informações sobre o município de Belém: Projetos e Políticas Públicas atuais.** Site Oficial. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.belem.pa.gov.br/>

PONTE, L.A.S.X. **A população indígena da cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas [online]. 2009, v. 4, n. 2 [Acessado 25 Novembro 2022], pp. 261-275. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000200004>>

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.** Ministério do Trabalho e Emprego/ CGET/DES/SPPE/MTE, 2020 e 2021.

SANTOS, M. **O Retorno do Território** in Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo, 1994.

SEADE. **Estimativas Populacionais**. Fundação SEADE, 2021. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/>

SESMA. Secretaria Municipal de Saúde de Belém. **Unidades de saúde**. Disponível em: <https://sesma.belem.pa.gov.br/atendimento/onde-procurar-atendimento/>

SIIC. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**. IBGE, 2019, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=resultados>

SIPIA. **Sistema de Informação para a Infância e Adolescência**. Consulta Estatística: Conselho Tutelar. MDH, Brasil, 2022. Disponível em: <https://sipiact.treina.mdh.gov.br/login>

SNIS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. 2019 e 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis>

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Panorama Da Violência Letal E Sexual Contra Crianças E Adolescentes No Brasil**. Parceria: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasil, Outubro de 2021.